

Observatório Baiano
de Políticas sobre Drogas

**“Uma política para pessoas”
Redução de danos em perspectiva**

**Salvador - Bahia
2025**



SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**FICHA TÉCNICA PROGRAMA CORRA PRO
ABRAÇO/OBSERVATÓRIO BAIANO DE POLÍTICAS
SOBRE DROGAS**

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Jerônimo Rodrigues

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL - SEADES
Fabya Reis

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
E ACOLHIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS -
SUPRAD
Gabriel Ribeiro Oliveira

DIRETORA DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE RISCO E
DANOS DA SUPRAD/SEADES
Luciene Santana

DIRETORA DE ACOLHIMENTO, TRATAMENTO E
REINSERÇÃO SOCIAL DA SUPRAD/SEADES
Alessandra Coelho

COMUNIDADE CIDADANIA E VIDA - COMVIDA
Valnei Roberto Silva

COORDENAÇÃO GERAL DO CORRA PRO ABRAÇO
Luciana Rocha

COORDENAÇÃO DA ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO - ASCOM
Cássio Santana

COORDENAÇÃO DO OBSERVATÓRIO BAIANO DE
POLÍTICA SOBRE DROGAS/CORRA PRO ABRAÇO
Anna Raquelle Edington

PESQUISADORAS DO OBSERVATÓRIO BAIANO DE
POLÍTICAS SOBRE DROGAS/CORRA PRO ABRAÇO
Izabela Simas
Rani Teles
Viviane Lima

REALIZAÇÃO
**Observatório Baiano de Políticas sobre
Drogas / Programa Corra pro Abraço**

COORDENAÇÃO DE PESQUISA
Anna Raquelle Edington

PESQUISADORAS
Izabela Simas
Monyra Nunes
Rani Teles

SUPERVISOR CLÍNICO
Riccardo Cappi

REDAÇÃO PESQUISA
Anna Raquelle Edington
Izabela Simas
Monyra Nunes
Rani Teles

REDAÇÃO SUMÁRIO EXECUTIVO
Anna Raquelle Edington
Izabela Simas
Rani Teles

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Coordenação - **Cassio Santana**
Design Gráfico - **Sagaz**
Técnico de TI - **João Gabriel de Jesus**

FALE COM A GENTE
observapoliticadedrogas@gmail.com
Site: <https://corraproabraco.ba.gov.br/>
Instagram: **@Programacorraproabraco**



Agradecimentos

Um agradecimento especial a todas as pessoas entrevistadas nesta pesquisa, que generosamente contribuíram para que ela se tornasse possível, bem como a Adson Santos Almeida, Edicarla Macedo, Jéssica Souza Santos Araújo e Marcos Machado, integrantes da equipe multidisciplinar do Programa Corra pro Abraço, que auxiliaram na identificação inicial de possíveis interlocutores.

SUMÁRIO

Introdução	5
Nota Metodológica	8
1. “Da Bahia para o Brasil”: uma trajetória parcial da experiência com Redução de Danos na cidade de Salvador	16
1.1 “O mundo inteiro vinha beber a água dessa fonte”: trajetória de Marco Manso e atuação do PRD na Ribeira	23
1.2 “O passado com o presente muito junto”: trajetória de Benimário Silva e atuação do PRD no Engenho Velho da Federação	26
1.3 “Um norte de ampliação”: trajetória de Sirlei Barreto e entrada da RD no campo da saúde mental	31
2. “A redução de danos, ela me salva todos os dias e ela funciona”: concepções e práticas de RD	34
2.1 Interessa a pessoa e não a droga: a destituição de valor da droga	35
2.2 Redução de Danos como filosofia de vida: o cuidado é amplo e cotidiano	37
2.3 Entre o espaço fixo e a rua: estratégias e práticas de Redução de Danos	40
2.4 Redução de Danos e a garantia de direitos: o acesso à cidadania	44
2.5 O que a Redução de Danos não é?	47
3. “Tem que ter essa pegada, pegada da favela, pegada da rua”: sobre ser um profissional redutor de danos	50
3.1 O que precisa é ter escuta: o que pensam os profissionais sobre o cargo de redutor de danos	51
3.2 A formação tem que ser permanente: os cursos de redução de danos em Salvador e a perspectiva da profissionalização	55
3.3 Entre autocuidado, profissionalização e ascensão social: como a redução de danos transforma trajetórias	57
3.4 “O lado de cá, o lado de lá” e as especificidades do trabalho em campo do redutor de danos	60
Recomendações - O que os atores apontaram como competências necessárias aos profissionais Redutores de Danos	63
Considerações finais	64
Referências	67



Introdução

O Programa Corra pro Abraço, uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia através da Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis - Suprad, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - Seades, tem direcionado suas ações para as pessoas em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, em situação de rua, presas em flagrante, egressas do sistema prisional, pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas- SPA's e jovens que residem e transitam em territórios violentados por conta de questões relacionadas a criminalização das drogas.

Criado em 2013 como projeto, desde 2016 o Corra vem atuando como Programa de Redução de Danos - PRD do Estado da Bahia, sendo referência em ações governamentais no campo de políticas sobre drogas para todo o Brasil. Com equipes multiprofissionais, o programa atua com metodologias de arte-educação e educomunicação para multiplicação de práticas de Redução de Danos - RD, buscando aproximar as pessoas assistidas das políticas públicas - prioritariamente serviços nas áreas de saúde, assistência social, educação e justiça -, acolhendo-as da forma que elas se apresentam ao mundo, com respeito aos seus modos de vida e identidades.

Através do Observatório Baiano de Políticas sobre Drogas, dispositivo implantado no Termo de Colaboração nº 002/2023, o Corra tem se lançado na produção, ampliação e divulgação de conhecimento no campo das políticas de drogas, tendo em vista contribuir para formulação e fortalecimento das políticas públicas pautadas na RD, no cuidado em liberdade e na garantia direitos sociais. Nessa perspectiva, ao longo do ano de 2024, o Observatório lançou dois relatórios de pesquisa, o primeiro acerca do perfil das pessoas assistidas na cidade de Salvador entre 2019 e 2022, e o segundo acerca das estratégias de redução de danos do programa na Vara de Audiência de Custódia da referida cidade.

Já nesta terceira pesquisa, “Uma política para pessoas”: redução de danos em perspectiva, buscamos investigar experiências, concepções e práticas de Redução de Danos, a partir das narrativas e percepções dos atores que construíram e constroem o cuidado em redução de danos em distintos equipamentos da rede de serviços voltados para as pessoas

que fazem uso de substâncias psicoativas, pessoas em situação de rua e/ou em extrema vulnerabilidade socioeconômica, na cidade de Salvador.

Propomos, ainda, como objetivos específicos:

- Recompor uma trajetória parcial da Redução de Danos na cidade de Salvador, com a intenção de contribuir com registros memoriais acerca do seu surgimento, desenvolvimento e expansão;
- Identificar e sistematizar diferentes concepções de Redução de Danos, a fim de reunir múltiplas perspectivas coexistentes na construção discursiva e prática da RD;
- Reconhecer e compreender as especificidades do profissional redutor de danos, bem como investigar os impactos da atividade profissional em suas próprias trajetórias, tendo em vista contribuir com a construção de parâmetros em prol da regulamentação do cargo.

Além desta introdução e das considerações finais, o relatório que apresentamos aqui está estruturado em três capítulos e uma seção de recomendações, na qual elencamos sete competências necessárias aos profissionais redutores de danos apontadas pelos interlocutores da pesquisa. No primeiro capítulo, abordamos uma trajetória parcial da experiência com Redução de Danos na cidade de Salvador, desde a implementação do primeiro Programa de Redução de Danos - PRD do Brasil e da América Latina, na década de 1990, em meio às estratégias de prevenção ao HIV/Aids, passando pela sua expansão para o campo da saúde mental, como diretriz do cuidado para pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, aos desafios dos dias atuais, quando esta se amplia para promoção e garantia de direitos sociais, em especial, às pessoas em situação de rua e/ou em extrema vulnerabilidade socioeconômica.

No segundo, buscamos explorar as quatro perspectivas fundamentais entre as concepções e práticas de Redução de Danos que emergiram na pesquisa. A primeira enquadra a redução de danos em uma abordagem centrada na pessoa, onde a substância psicoativa sai de evidência e dá espaço para a valorização de aspectos subjetivos e sociais que constituem o sujeito. A segunda, apresenta a RD como uma filosofia de vida, na qual os cuidados antes direcionados ao uso de substâncias se espriam para as diversas esferas da



vida. A terceira foca nas práticas de RD desenvolvidas tanto em espaços fixos quanto nas ruas, adaptando-se às necessidades do público atendido. E, na sequência, tratamos a RD como um instrumento de promoção de direitos e cidadania.

Seguindo esse caminho, no terceiro capítulo apresentamos as percepções dos atores entrevistados sobre as principais características que um redutor de danos deve ter para desempenhar bem o seu papel junto à população alvo de suas ações, estabelecendo aproximações e afastamentos entre elas, quando possível. Uma vez delimitado o que seria esse “perfil ideal”, dedicamos o olhar a compreender o processo de formação desses redutores de danos, debruçando-se em seguida sobre as diferentes narrativas que apontam para uma dificuldade de adaptação frente ao processo de profissionalização vivenciado, já que muitos deles estiveram nesse duplo lugar de cuidador e de ser cuidado. Por fim, encerramos o percurso tentando compreender quais os impactos da redução de danos em suas trajetórias pessoais e profissionais.

Nota Metodológica

A pesquisa que aqui apresentamos se ancorou metodologicamente na realização de entrevistas narrativas e semi-estruturadas com distintos atores cujas trajetórias foram/são conformadas na indissociabilidade entre ativismo social e cuidado às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas e/ou em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, sob a perspectiva da Redução de Danos, do cuidado em liberdade e da garantia aos direitos. Esses atores imprimiram seus saberes teóricos, tecnológicos e de vida em diversos serviços e territórios, sendo referências conhecidas e reconhecidas no campo ampliado da RD e/ou entre seus pares.

Para fins do seu desenvolvimento, a pesquisa foi estruturada a partir de três frentes distintas que, posteriormente, foram articuladas em função de cada objetivo da pesquisa: a primeira com foco na trajetória “singular” da Redução de Danos na cidade de Salvador; a segunda acerca das articulações em prol de um política de redução de danos em âmbito municipal e estadual, e nas atividades da rede ampliada de cuidado em RD; e a terceira sobre a trajetória de redutores de danos que passaram pelo curso de Redução de Danos e Referência de Campo do Programa Corra pro Abraço. Desse modo, a equipe do Observatório se dividiu na identificação dos interlocutores para as frentes delimitadas previamente, bem como na realização das entrevistas.

Tendo em vista identificar os interlocutores da pesquisa, inicialmente foi realizada uma etapa exploratória que envolveu a sistematização de uma espécie de linha do tempo com serviços que atuaram e atuam com a perspectiva da RD em Salvador e seus respectivos fundadores e/ou coordenadores; participação da equipe do Observatório em duas reuniões do Fórum de Redução no Danos da Bahia (entre os meses de junho e julho de 2024); conversas preliminares com técnicos do Programa Corra pro Abraço; além de consultas dos registros dos cursistas do Curso de Redução de Danos e Referência de Campo do programa. Após essa identificação preliminar, utilizamos a técnica conhecida como bola de neve (“snowball sampling”), na qual um interlocutor indica uma outra pessoa a ser entrevistada. Contudo, é importante destacar que em função do limite temporal para realização desta

pesquisa nem todas as pessoas identificadas/indicadas pelos interlocutores foram entrevistadas.

A realização das entrevistas contou com a elaboração de um roteiro comum de caráter narrativo e semi-estruturado, com a intenção de obter tanto narrativas acerca das trajetórias e experiências na RD como percepções mais direcionadas acerca da prática da redução de danos e do profissional redutor de danos. Ao todo, foram realizadas 21 entrevistas: oito com profissionais de áreas distintas, que estiveram/estão na coordenação e/ou contribuíram diretamente na idealização de estratégias singulares de atuação (incluindo aí processos formativos de redutores de danos); quatro com Redutores de Danos atuantes desde a década de 1990; duas com profissionais que estiveram a frente do Curso de Redução de Danos e Referência de Campo do Programa Corra pro Abraço em distintos momentos; e sete com Redutores de Danos que passaram pelo curso do programa, entre eles, dois integram atualmente a equipe do programa como Redutores e dois como Monitores em Redução de Danos, e os outros três atuam em espaços da rede.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho e setembro de 2024, presencialmente e de forma remota, através de videochamadas pela plataforma Google Meet, dada a preferência e disponibilidade das pessoas entrevistadas, tendo duração entre 1h e 1h30. Mediante a autorização delas, todas as entrevistas foram gravadas em áudio, assim como também foi consentido o uso do conteúdo e a referência nominal da fonte na pesquisa. A multiplicidade das narrativas e perspectivas coletadas foi fundamental para ampliar o contexto investigado, ainda que nem todas as entrevistas tenham sido mobilizadas neste relatório, em função dos recortes metodológicos conformados ao longo da pesquisa para cada capítulo. Dito isso, segue abaixo um quadro com a apresentação dos interlocutores segundo a atuação a partir da qual eles foram identificados para participar da pesquisa, e nesse sentido cabe registrar que a trajetória desses profissionais não se resume à caracterização realizada aqui.

Quadro: Apresentação dos interlocutores da pesquisa

Nº	NOME	ATUAÇÃO NA RD
1	Antônio Nery Filho	Professor aposentado, psicanalista, fundador e ex-coordenador geral do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas - Cetad, Faculdade de Medicina da Bahia - Ufba. Idealizador do Consultório de Rua, no âmbito do Cetad/Ufba, no final da década de 1990 e responsável pela implantação de uma série de outras iniciativas voltadas para o cuidado das pessoas em situação de rua, orientadas pela saúde mental.
2	Aylla Correia dos Santos	Redutora de danos do Ponto de Cidadania localizado no Aquidabã com trajetória de rua, passando pelos territórios de atuação do Programa Corra pro Abraço: Pela Porco e Aquidabã. Foi beneficiária do Programa Corra pro Abraço onde formou-se no curso de Redução de Danos e Referência de Campo em 2019.
3	Benimário Santos Silva	Redutor de Danos, residente do Engenho Velho da Federação, onde começou sua atuação no PRD do Cetad/UFBA, posteriormente passando a atuar no Centro Histórico através da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti - ARD-FC. Atualmente está como redutora do CAPSad Gregório de Mattos.
4	Cristina Maria Souza da Assumpção	Redutora de Danos do Programa Corra pro Abraço desde 2023, no Centro de Referência Maria Lúcia Pereira. Começou a trabalhar no programa em 2016 na equipe de higienização e em 2023 realizou o curso de Redução de Danos e Referência de Campo ofertado pelo programa.
5	Edicarla Macedo	Cientista Social, integrante da equipe do Programa Corra pro Abraço desde 2017. Ingressou no programa como estagiária na equipe de extensão, posteriormente passou a compor a equipe técnica como redutora de danos e, atualmente, está na coordenação do Núcleo de Inclusão Social - NIS. Esteve à frente do Curso de Redução de Danos e Referência de Campo do programa entre 2020 e 2022.
6	Enzo Gabriel da Paixão Cerqueira	Redutor de Danos com trajetória de rua no território do Aquidabã. Integrante da Rede Nacional Feministas Antiproibicionistas - RENFA, atualmente atua como Monitor em Redução de Danos no Programa Corra Pro Abraço. Realizou o curso de Redução de Danos do

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



		programa em 2017.
7	Frank Ribeiro	Cientista Social com trajetória de trabalho com a juventude. Ingressou como redutor de danos no programa, passou pelo cargo de supervisor de equipe e assumiu a coordenação geral do Programa Corra pro Abraço em 2020, onde esteve até 2024.
8	Gessé Santos Oliveira	Líder Comunitário do Calabar, com uma trajetória de vida associada às lutas por moradia na cidade de Salvador. Atuou como redutor de danos no PRD do Cetad/Ufba em diferentes bairros como, por exemplo, Barra e Nordeste de Amaralina. Atuou também como redutor no Coletivo Balance, na Casa da Ladeira e, atualmente, integra a equipe do Ponto de Cidadania localizado no bairro de Roma.
9	Iago Lôbo	Redutor de Danos e Psicólogo com trajetória de atuação e pesquisa em torno do uso de psicodélicos. Fez parte da equipe do Programa Corra pro Abraço entre 2016 e 2020. Esteve à frente do Curso de Redução de Danos e Referência de Campo do programa entre 2017 e 2018.
10	Jamile Carvalho	Cientista Social com trajetória de pesquisa no sistema prisional. Compôs a equipe inicial do Programa Corra pro Abraço em 2013, sendo, posteriormente, a segunda coordenadora geral do programa.
11	Leandro Dominguez Barretto	Médico Clínico, coordenador da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti - ARD-FC desde 2015, esteve na coordenação do CAPSad Gregório de Mattos entre 2015 e 2023.
12	Luana Malheiro	Antropóloga com vasta atuação no campo da Redução de Danos. Idealizadora e fundadora da Rede Nacional Feministas Antiproibicionistas - RENFA. Fez parte da equipe do Programa Corra pro Abraço, tendo idealizado o Curso de Redução de Danos e Referência de Campo e o campo de extensão do programa.
13	Luciana Rocha	Diretora Artística e Produtora Cultural com longa atuação na arte-educação. Passou a integrar a equipe multidisciplinar do Programa Corra pro Abraço em 2017, como arte-educadora, durante os últimos anos esteve à frente da coordenação pedagógica do programa e, atualmente, está na coordenação geral.
14	Marco Manso Cerqueira	Redutor de Danos e servidor da Universidade Federal da



	Silva	Bahia. Iniciou sua atuação na redução de danos no Centro Histórico pelo PRD do Cetad/Ufba, passando a atuar, posteriormente, na Cidade Baixa. Atualmente atua na Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti - ARD-FC.
15	Maria Estrela Felipa de Souza da Silva	Redutora de Danos com trajetória de rua. Integrante da Rede Nacional Feministas Antiproibicionistas - RENFA. Realizou o curso de Redução de Danos do Programa Corra pro Abraço em 2023.
16	Merry Batista	Atriz do Bando de Teatro Olodum, Diretora, Produtora, Psicopedagoga, especialista em dinâmica de grupo e arte educadora. Compôs a equipe inicial do Programa Corra pro Abraço, sendo uma das responsáveis pela construção da arte-educação no programa, onde atuou até 2022.
17	Michele Conceição Barbosa	Redutora de Danos com trajetória de rua. Formou-se no curso de Redução de Danos do Programa Corra pro Abraço em 2018, sendo monitora do curso na turma subsequente à sua formação.
18	Ramon Pereira Santos	Redutor de Danos do Programa Corra pro Abraço desde 2019, atualmente atua na equipe da Unidade de Apoio na Rua- UAR dos Mares. Começou a trabalhar no programa em 2016 na equipe de higienização, passando pelo curso de Redução de Danos ofertado pelo Programa em 2017.
19	Rosimeire Brito Correia	Redutora de Danos com trajetória de rua. Integrante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR na cidade de Salvador, atualmente é Monitora de Redução de Danos do Programa Corra pro Abraço. Concluiu o curso de Redução de Danos do programa em 2022.
20	Sirlei Silva Barreto	Redutora de Danos, residente do Engenho Velho da Federação, onde começou sua atuação no PRD do Cetad/UFBA, posteriormente passando a atuar no Centro Histórico através da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti - ARD-FC. Atualmente está como redutora do CAPSad Gregório de Mattos.
21	Tarcísio Matos de Andrade	Professor aposentado, médico e psicanalista, atuou em serviços públicos para pessoas que usam substâncias psicoativas entre 1992 e 2015. Esteve à frente do primeiro Programa de Redução de Danos - PRD com

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



	troca de seringas do Brasil e da América Latina vinculado ao Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas - Cetad/Ufba. Fundador da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti - ARD-FC, estando também à frente da implantação do CAPSad Gregório de Matos em 2012.
--	---

As transcrições das entrevistas foram realizadas através da inteligência artificial *Whisper* e, posteriormente, revisadas. Em seguida, o processo de codificação do material qualitativo construído ao longo da pesquisa foi realizado no *software* de análise qualitativa *webQDA*. Inicialmente, foi feita uma leitura cuidadosa das entrevistas e, após a identificação dos interlocutores de cada capítulo, os códigos de análise foram desenvolvidos a partir do diálogo entre os objetivos e as narrativas e percepções que emergiram nas entrevistas, sem o uso de categorias analíticas predefinidas. Desse modo, o processo de categorização privilegiou as dimensões históricas, reflexivas, críticas e analíticas apresentadas pelos próprios interlocutores.

Para a construção do primeiro capítulo foram consideradas cinco entrevistas, sendo elas: duas de atores que estiveram à frente do primeiro Programa de Redução de Danos - PRD do Brasil e da América Latina, implantado na cidade de Salvador; e três de redutores de danos que começaram a exercer essa atividade profissional no referido PRD, e vivenciaram todo o processo de expansão da redução de danos até os dias atuais. A escolha por conduzir o capítulo a partir da interlocução com esses atores se deu em função do próprio entrecruzamento das suas trajetórias na Redução de Danos, de modo que suas narrativas e nos conduzem por um percurso panorâmico em torno de uma experiência social compartilhada, a partir de distintos lugares.

Dada a intenção desse capítulo, de recompor histórias dos processos de construção de estratégias de RD em espacialidades, temporalidades e públicos distintos, a codificação das entrevistas envolveu a identificação dos elementos norteadores das narrativas de cada interlocutor, das informações significativas acerca de suas próprias trajetórias individuais e das passagens relacionadas ao percurso da Redução de Danos, bem como de suas percepções acerca desse percurso. Desse modo, procedeu-se em uma análise reconstrutiva do processo de surgimento, desenvolvimento e transformações da experiência com RD na



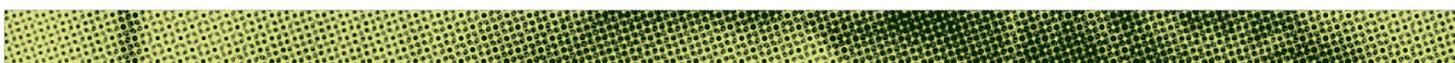
cidade, tomando suas narrativas, de um modo geral, de forma complementar, e às trajetórias dos redutores de danos em suas singularidades.

Tendo em vista analisar as diferentes concepções e práticas de Redução de Danos, consideramos 15 entrevistas. Destas, seis foram concedidas por profissionais formados no curso de Redução de Danos oferecido pelo Programa Corra Pro Abraço. Outras quatro entrevistas foram realizadas com profissionais que atuam em diversas instituições de cuidado em redução de danos em Salvador. As cinco entrevistas restantes foram com profissionais de áreas distintas, que contribuíram para a criação de dispositivos de redução de danos na cidade de Salvador nas últimas décadas.

Inicialmente, foi feita uma leitura cuidadosa das entrevistas e, em seguida, os códigos de análise foram desenvolvidos a partir das concepções e estratégias de RD que emergiram dos próprios textos, sem o uso de categorias analíticas predefinidas. Esse primeiro processo de codificação resultou em 77 códigos, que foram agrupados em cinco categorias principais: “a destituição de valor da droga,” “redução de danos como filosofia de vida,” “estratégias e práticas em redução de danos,” “redução de danos e a garantia de direitos” e “o que a redução de danos não é.” Essa sistematização visou atender aos objetivos propostos para o segundo capítulo.

Já para identificar quem são os redutores de danos e quais características são fundamentais para essa função, focamos em entrevistas com profissionais que atuam ou já atuaram na rede de atenção psicossocial de Salvador e no Programa Corra pro Abraço. Esse recorte metodológico foi escolhido com base na compreensão de que os próprios redutores de danos são as pessoas mais afetadas para discutir sua prática. Além disso, reconhecemos que, muitas vezes, suas perspectivas e vozes são silenciadas em estruturas que valorizam outros conhecimentos em detrimento das vivências e práticas. Ademais, essa escolha, além de metodológica, é política, uma vez que temos como um norte que os redutores estejam e sejam os principais condutores desse debate.

Para tal, foram analisadas 12 entrevistas. Como dito anteriormente, o processo de categorização privilegiou a construção de categorias analíticas a partir dos próprios textos, ou seja, não olhamos para esse material com categorias teóricas estabelecidas a priori, mas deixamos que os próprios entrevistados pudessem teorizar. Ao final desse processo de



codificação chegamos em três grandes códigos árvore: “sobre ser um redutor de danos”, “o lado de lá x o lado de cá” e “a trajetória pessoal e a redução de danos”.

Deste primeiro grande código desdobramos a categorização em quatro outras subcategorias: “capacidades que um redutor de danos deve ter”, “motivos para ser um redutor de danos”, “especificidades do trabalho de um redutor de danos” e “o perfil do redutor de danos”. Da última subcategoria citada outras subcategorias emergiram: “a vivência em comunidades periféricas como um facilitador”, “vivências em comum em seus territórios”, “o uso de substância como um fator importante para o trabalho em RD”, “a vivência na rua como um diferencial” e “a trajetória e o contato com o movimento social e a liderança comunitária”. E, por fim, da subcategoria “especificidades do trabalho de um redutor de danos” trabalhamos com outras subcategorias: “o trabalho em redução de danos não é óbvio”, “a redução de danos como um aprendizado da prática cotidiana”, “a redução de danos como um conhecimento adquirido na prática” e “os desafios de ser um redutor”.

Do outro código árvore, “a trajetória pessoal e a redução de danos”, chegamos as subcategorias: “a redução de danos como ascensão social”, “a redução de danos ensina a recomeçar”, “os impactos da redução de danos na vida pessoal”, “o contato com o uso problemático de substâncias e o desconhecimento da redução de danos”, “redução de danos como uma ferramenta de autocuidado” e “repercussões do uso na vida pessoal”.

intenso de drogas injetáveis e alta incidência de HIV/Aids¹. E, progressivamente, o programa vai expandindo suas ações para outros grupos de pessoas que faziam uso de substâncias psicoativas, bem como para outros bairros da cidade, a exemplo do Calabar, Engenho Velho da Federação e da Ribeira.

Alguns anos antes, o Cetad/Ufba havia se aproximado do Ministério da Saúde, particularmente da Coordenação Nacional de DST/Aids (hoje Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis) que, naquele momento, buscava responder aos altos índices de transmissão do HIV/Aids entre pessoas que faziam uso de drogas injetáveis. “Nós havíamos entendido que se os usuários de drogas injetáveis se contaminavam pelo HIV, era preciso que nós estivéssemos juntos” (Antônio Nery Filho). Desse modo, o Centro assume participação ativa nesse processo de construção de políticas públicas em torno do binômio drogas injetáveis e HIV/Aids, iniciado pelo referido Ministério, como narra Tarcísio Matos de Andrade:

“Nesse período, eu não sei exatamente em que ano, mas essa preocupação [com o binômio drogas injetáveis e HIV/Aids] chega ao Brasil. [...] E começamos a ter reuniões em vários estados para discutir essa realidade brasileira por conta do que estava se registrando em algumas cidades, principalmente cidades portuárias como Santos e Itajaí. Já havia registro de uma prevalência elevada de infecção por HIV, particularmente entre as pessoas que usavam drogas injetáveis. Nós começamos a pensar em políticas públicas nesse sentido. Foram várias discussões, ideias as mais diversas possíveis, desde pessoas que achavam que uma saída, uma alternativa seria a provisão de seringas injetáveis para os usuários à pessoas que achavam que isso ia aumentar muito o consumo, porque o usuário ia passar a usar cada vez mais. Uma realidade que sempre existe em termos das políticas públicas relacionadas ao uso de drogas, como existe até hoje. As contradições dos poderes constituídos em relação ao uso de drogas na atualidade é um absurdo. Mas naquele tempo também existia”. (Tarcísio Matos de Andrade)

A troca de seringas entre as pessoas que faziam uso de drogas injetáveis, como uma estratégia de prevenção ao HIV/Aids e Hepatites Virais, já era uma experiência bem sucedida em alguns países. No entanto, as contradições apontadas por Tarcísio Matos de Andrade encontram especial fundamento no contexto de proibição e criminalização do uso, mercado

¹ ANDRADE, Tarcísio Matos de. Condições psicossociais e risco de infecção pelo HIV entre usuários de drogas injetáveis do Centro Histórico de Salvador - Bahia. Tese (Doutorado em Medicina) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, 162p.



e produção de determinadas substâncias psicoativas, que imperava desde a década de 1970. No Brasil, nesse momento, ainda vigorava o arcabouço jurídico da ditadura militar mobilizado para impedir a primeira proposta de troca de seringas na cidade de Santos - SP pelo Ministério Público local, que julgou a iniciativa como incentivo ao uso de substâncias ilícitas e enquadrou os técnicos responsáveis no crime de tráfico de drogas. Contudo,

“Na verdade, apesar de Santos não ter feito o primeiro programa de troca de seringa, isso teve um efeito simbólico muito importante. [...] A verdade é que Santos não fez, mas trouxe esse legado. E manuseou isso muito bem. Ceder a não fazer o programa, desistir do programa, fazer um pacto com a Justiça, em troca da liberdade das pessoas que faziam as políticas públicas, tal. Isso evitou que se criasse um precedente. Se as pessoas tivessem sido presas naquele momento, isso poderia vir a acontecer em outros locais”.
(Tarcísio Matos de Andrade)

Nesse cenário de emergência de respostas à epidemia de HIV/Aids, cuja ligação entre a transmissão do vírus e o uso de drogas injetáveis aparecia como característica predominante da epidemia em vários países, inclusive no Brasil, o Ministério da Saúde organiza uma visita de profissionais brasileiros, entre eles Tarcísio Matos de Andrade, à cidade de São Francisco na Califórnia para conhecer um programa de troca de seringas “intenso e bem sucedido”. É, então, com base nessa experiência e com a supervisão de profissionais da Universidade de Califórnia Berkeley, que o Cetad/Ufba elabora o projeto de troca de seringas que vem a se constituir como o primeiro Programa de Redução de Danos - PRD do Brasil e da América Latina:

“O Ministério apreciou, aprovou o projeto. O projeto teve aprovação, inclusive, do Governo do Estado da Bahia, mas havia movimentos contrários a isso, forças políticas, inclusive, que levaram a coordenadora de DST/AIDS, da época, [...], recuar, recomendar que o programa não fosse feito. [...] Então, o próprio UNODC [Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime] que bancava esse projeto, o UNDCP [Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas], que é ligado ao Ministério da Saúde, ela recuou também. Ela passou a achar que era precipitado o lançamento do programa. Mas ainda assim nós lançamos aqui em Salvador. E o Governo da Bahia sustentou”. (Tarcísio Matos de Andrade)

E como já era esperado, o enfrentamento das forças contrárias não terminam com a implementação do programa: “Tivemos uma reação forte da igreja católica, tivemos uma reação forte da lei, [...] porque ainda era a mesma lei 6.368 de 1976, [...], e nós tivemos de enfrentar uma forte resistência política, para manter a Redução de Danos em Salvador” (Antônio Nery Filho). Contudo, além do apoio do então governador do Estado, Antônio

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



Carlos Magalhães, mencionado como “um ato, assim, de coragem, de enfrentamento, inclusive, em relação ao Ministério” (Tarcísio Matos de Andrade), a Bahia, através do Cetad/Ufba, tinha conseguido reunir pelo menos outros três elementos favoráveis à implementação e sustentação do programa:

“Mas ocorre que nós tínhamos nos organizado, eu diria, técnica e politicamente. Eu era o vice-presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes [...] eu tinha uma boa inserção no Conselho, então eu, digamos assim, anulei um pouco as resistências que o Conselho Estadual pudesse ter, número um. Número dois, nós tivemos o apoio do Conselho Federal de Entorpecentes [...] que reconheceu nosso trabalho na Bahia como sendo uma atividade experimental. [...] mas isso foi importantíssimo, porque a instância do Ministério da Justiça, responsável pela política de justiça, de álcool e outras drogas do Brasil, nos apoiava, que não tinha acontecido lá em Santos em 1989. Terceira coisa, o Cetad sendo um serviço vinculado, próprio da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, isso nos dava uma credibilidade e nos colocava numa posição acadêmica. Então, eu pude, conjuntamente com o Tarcísio Andrade, dizer a todos, que aquele serviço era universitário, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Então, isso eu considero que foi fundamental para resistir às pressões das outras instâncias públicas, uma certa resistência, eu diria que social, porque as pessoas não compreendiam bem como é que nós, em lugar de tratar as pessoas e encaminhar as pessoas para os hospitais e coisa e tal, nós estávamos nas ruas com essas pessoas trocando seringas. [...] Então, isso pôde ser sustentado. Nós fomos ameaçados muitas vezes de prisão, de fechamento do serviço, mas nunca ninguém teve coragem de fechar e de nos impedir de trabalhar como fizeram em Santos, que era a Secretaria Municipal de Saúde. (Antônio Nery Filho)

Como a narrativa do fundador e, na época, coordenador do Cetad/Ufba, o professor, médico e psicanalista Antônio Nery Filho, afirma, o apoio das instâncias deliberativas - estadual e federal das políticas sobre drogas - o fato do programa não estar inserido diretamente nas instâncias governamentais, ou seja, ser uma iniciativa vinculada à universidade, modifica significativamente o panorama político e institucional em relação à experiência de Santos. Sem a presença dos referidos elementos, ainda nas palavras dele, “a atividade teria sido também interrompida e, talvez, nós demorássemos muito mais para ter implantado, no Brasil, o Programa de Redução de Danos” (Antônio Nery Filho).

Ainda nesse caminho, para além dessa organização “política e técnica”, a primeira sistematização da redução de danos - que, posteriormente, vem a se constituir como um modelo de abordagem ao uso e abuso de substâncias psicoativas que não pressupõe a abstinência - em um programa, se torna possível e sustentável no campo social através da

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



construção prática e discursiva da troca de seringas como um “trabalho pedagógico em defesa da vida”. Isso significa dizer que esse momento inicial da epidemia de HIV/Aids, quando a contaminação ainda se constituía, em grande medida, como uma “sentença de morte”, foi crucial para enfrentar a opinião pública acerca do tratamento adequado às pessoas que faziam uso de drogas injetáveis, bem como a deturpação da iniciativa como incentivo ao uso de substâncias ilegais.

“Não era distribuição de seringa e essa foi uma coisa importante. Nós dizíamos: ‘nós não distribuímos seringas, nós fazíamos encontros com pessoas e usuários de drogas injetáveis, particularmente, e é nesse encontro que nós propomos trocar uma seringa usada por uma seringa nova’. E nesse sentido, nós insistíamos no não compartilhamento de seringas e nós fazíamos então um trabalho pedagógico, educativo, junto aos usuários de drogas injetáveis no sentido de proteger a vida, proteger a vida não se contaminando pelo HIV, que naquela época ainda era considerada uma doença mortal”. (Antônio Nery Filho)

A partir da oferta de cuidado do programa, essas pessoas eram também convidadas a assumir o protagonismo no cuidado de si e dos seus pares, e muitas delas passaram a atuar na equipe multiprofissional do PRD como redutoras de danos. Dessa maneira, além do acesso às estratégias de redução de danos, de forma concomitante, tem-se, nesse momento, a abertura de uma possibilidade de formação e remuneração para essas pessoas, alvo de estigma e marginalização social. Isto a partir do reconhecimento dos seus saberes, advindos justamente do lugar socialmente ocupado por elas. Em outras palavras, através dessa nova atividade profissional, opera-se um movimento de valorização social, que não requer a conversão, “um despedir-se de um modo de ser” (Espinheira, 2004), mas a afirmação das suas próprias subjetividades e experiências como essenciais para construção das estratégias de RD. Sobre esse perfil e o destaque dos redutores de danos no desenvolvimento, expansão e êxito das ações do PRD, Tarcísio Matos de Andrade aponta:

“Esses redutores de danos, eram, na quase totalidade, pessoas da comunidade. Nós íamos à comunidade, começávamos a fazer uma ação incipiente, tendo um ponto focal. Essas pessoas iam começando a trabalhar conosco. E elas iam aprendendo o serviço, iam fazendo cursos, e alguns se desenvolveram bastante, passaram, inclusive, depois a dar cursos, a ajudar na formação de profissionais em outros estados. [...] Mas era esse o perfil, a pessoa egressa da comunidade, que sabia como a comunidade funcionava, que tinha um capital simbólico na comunidade. Então, isso era um grande facilitador. Não era um estranho que estava trabalhando no Engenho Velho da Federação, era o Benimário que morava lá, o Marzinho, que depois trabalhou um tempo longo conosco, a própria Sirlei, esses três

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



no Engenho Velho. Então, nós chegávamos através de um morador local. Esses são exemplos de pessoas que cresceram muito no trabalho como redutores de danos. [...] Tínhamos uma pessoa também, não sei se o Marcão ainda trabalha, o Marcão, era motorista da universidade, era do Cetad, depois se ligou ao programa de redução de danos, e quando nós saímos para a faculdade, ele também saiu. Era uma pessoa super fácil de lidar com a população, até porque morava também numa comunidade com bastante uso de drogas, bastante problema de violência e tal. Então, era um grande articulador de todos esses trabalhos. (Tarcísio Matos de Andrade)

Seguindo, então, a experiência bem sucedida da Bahia, já no ano seguinte, inicia-se a implementação de Programas de Redução de Danos, incluindo a troca de seringas, em outras cidades do país. E, a partir daí, foram implementados mais de 200 programas (quase todos com recursos do Governo Federal) e cerca de 11 leis estaduais e municipais de redução de danos. Os redutores de danos, por sua vez, foram se organizando em associações, a exemplo da Associação Brasileira de Redutores de Danos - Aborda, criada em 1997, da Rede Brasileira de Redução de Danos - Reduc, em 1998, e da Associação Baiana de Redutores de Danos - Abareda, criada em 2001 (Brasil, 2003; Andrade, 2011). Além de abrir esse caminho, a Bahia também assume um papel importante nesse desenvolvimento da RD, a partir dos intercâmbios de experiências com outros estados, como destaca a narrativa do redutor de danos Benimário Santos Silva:

“E isso se expandiu em Salvador. Com os dados que eram gigantescos, aqui da Bahia, os dados positivos, começamos os redutores de danos da Bahia a viajar pelo Brasil todo palestrando, falando como é que se faz a redução de danos. A gente visitava até áreas nos outros estados para mostrar como a gente fazia aqui na Bahia. A maneira de se aproximar, como falar primeiro da saúde para a população que faz uso de substâncias. Porque lá eles não sabiam como eles chegavam para que fosse a justiça lá barrasse, a política, e aqui não. A gente ainda dava palestra e depois ia conhecer os campos em diversos lugares. Cada redutor foi. Eu fui para Brasília. Eu fui para Pernambuco. Foi muito legal isso. E fui para o Rio de Janeiro. Os outros colegas foram para o Mato Grosso. Um foi para o Rio Grande do Sul. Outro foi para uma parte de São Paulo. Minas Gerais, enfim... Os redutores de danos da Bahia foram espalhados por vários pontos do Brasil para falar de redução de danos”. (Benimário Santos Silva)

Já em 2003, a redução de danos, proposta inicialmente como estratégia de prevenção ao HIV/Aids, é implementada como diretriz do cuidado às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas no âmbito do Sistema de Saúde Público - SUS. A partir daí, a RD adentra formalmente a esfera das políticas públicas sendo definida como um “caminho promissor” para garantir o acesso dessas pessoas à saúde, ao passo que “reconhece cada

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida” (Brasil, 2003, p.10). Consolidando, dessa forma, o movimento iniciado na década anterior que, como destaca o redutor de danos Marco Manso Cerqueira da Silva, “teve ajuda de muita gente, das universidades, dos usuários de drogas, das pessoas vivendo com Aids, da [população] LGBT, teve uma participação de gente pra caramba, que inclusive não tá mais aqui. Muita gente morreu” (Marco Manso Cerqueira da Silva).

No entanto, essa conquista também foi acompanhada pela transferência de responsabilidade sobre o repasse dos recursos para as ações de RD do Governo Federal para os estados e municípios que, em um curto espaço de tempo, representou, nas palavras de Tarcísio Matos de Andrade, “um verdadeiro desmonte” dos PRDs em escala nacional, impactando também na organização dos redutores de danos e na diversidade dos territórios de atuação, do público-alvo e das ações desenvolvidas ao longo da década anterior. Ademais, as consequências da descontinuidade na oferta de serviços/insumos para as pessoas que já tinham começado a se corresponsabilizar com sua saúde são difíceis de mensurar. E aparece, a partir daí, como uma das principais preocupações dos profissionais que atuavam/atuam no campo, como relembra a redutora de danos Sirlei Silva Barreto: “quando acaba, [...] e aquelas pessoas ainda não tem outro lugar assim, pra ser referenciado, pra ofertar, era muito difícil pra gente. Porque a droga existe, o uso existe e a fissura do tomar as pancadas, naquela época. Então, havia uma grande preocupação com isso” (Sirlei Silva Barreto).

Dando seguimento ao caminho percorrido até aqui, tendo em vista delinear uma trajetória, ainda que parcial, da RD na cidade, que de maneira alguma se desconecta da experiência nacional e de outros países, escolhemos narrar, nas páginas que seguem, fragmentos das trajetórias de atores que fizeram parte dessa experiência inicial e continuam atuando na redução de danos até os dias atuais. Isto porque, a recomposição dos seus encontros com a perspectiva da RD, e as transformações, daí em diante, dos seus percursos singulares e interconectados em distintos territórios, temporalidades e serviços, nos permite acompanhar algumas inflexões e desafios da própria experiência com redução de danos, ao longo das últimas três décadas.

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



Antes ainda, é importante destacar que os atores considerados para compor este capítulo, de um modo geral, citam uns aos outros como parte integrante de uma experiência social compartilhada. A narrativa de cada um deles, por sua vez, tem sua própria estrutura interna que enfatiza elementos distintos dos contextos narrados, e foram tomadas aqui tanto em sua singularidade como de maneira complementar. Em outras palavras, o que queremos enfatizar é que, com a intenção de melhor iluminar algumas dimensões da trajetória da redução de danos através da recomposição de fragmentos das trajetórias singulares dos interlocutores, recorreremos ao intercruzamento, quando oportuno, do conteúdo de suas narrativas. Cabe ainda lembrar, nas palavras do saudoso sociólogo Gey Espinheira, também citado nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, que:

“A memória é uma construção social e é precisamente neste ponto que se deve buscar a extensão do indivíduo no social e do social sobre ele, de tal modo que não é mais possível separar uma biografia particular do contexto histórico em que viveu e vive. A história de vida, entretanto, é uma narrativa que emana do narrador, mas ao mesmo tempo este narrador é, ele próprio, uma narração da sociedade”. (Espinheira, 2008, p.88)

1.1 “O mundo inteiro vinha beber a água dessa fonte”: trajetória de Marco Manso e atuação do PRD na Ribeira

“Nessa história eu estou aí há 30 anos e a redução de danos chegou e não saiu, hoje é impossível andar em Salvador, andar em alguns bairros que a gente trabalhou e desvencilhar essa coisa de Marcão, a pessoa comum, e Marcão o redutor de danos”. (Marco Manso Cerqueira da Silva)

Atuando hoje na Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti - ARD-FC, Marco Manso Cerqueira da Silva, mais conhecido como Marcão, narra que iniciou sua trajetória com a Redução de Danos “de uma forma bem inusitada”. Em dado momento, ele, que é servidor da Universidade Federal da Bahia, encontra com Antônio Nery Filho no estacionamento da Faculdade de Medicina da referida universidade e é convidado por ele para trabalhar vinculado ao Cetad/Ufba: “Ele aí perguntou: ‘ei, bichão, você topa trabalhar comigo lá no Cetad?’. Eu digo: ‘demorou, topo’. Aí a gente viu as questões burocráticas, e eu fui trabalhar para o Cetad como motorista”. Nesse período, Tarcísio Matos de Andrade, então coordenador do PRD do Cetad/Ufba, estava realizando uma pesquisa sobre a



prevalência do HIV/Aids entre pessoas usuárias de drogas injetáveis no Centro Histórico da cidade de Salvador, e Marcão passa a conduzir a equipe para o trabalho de campo.

Nessas idas ao campo, ele - que é nascido e criado no bairro do Nordeste da Amaralina, “uma área caracterizada pela violência, pela ausência do Estado e pelo tráfico de droga” - começa a perceber dimensões do território que escapavam à equipe técnica envolvida na pesquisa. Por conta desse “olhar meio diferenciado”, que ele atribui ao fato de morar em comunidade, destacando em sua narrativa que “na verdade, eu sou antropólogo da vida, antropólogo mesmo do dia a dia”, Marcão é convencido a participar da segunda turma do curso de redução de danos do Cetad/Ufba. E, daí em diante, passa a acumular a função de motorista e redutor de danos, iniciando sua atuação no Centro Histórico, mais precisamente na Ladeira da Misericórdia, com Fátima Cavalcanti, conhecida como a primeira redutora de danos da Bahia.

Depois de um tempo atuando no referido território, novamente seu saber antropológico acumulado ao longo da vida, “de saber como chegar, de saber a hora de chegar, de saber quando não deve chegar, de saber respeitar o espaço do outro, de saber respeitar o espaço na hora de uso, na hora de venda, na hora de de conflitos na comunidade”, aparece como aquilo que viabiliza a abertura de outros caminhos em sua trajetória. Dessa vez, a partir do contato com uma pessoa que se torna, nesse momento, seu “canal de comunicação” para abrir um novo campo de atuação do Programa de Redução de Danos no bairro da Ribeira, localizado na Cidade Baixa, em Salvador.

Na companhia dessa pessoa, que trabalhava no mercado de drogas no Centro Histórico e morava na Ribeira, ele realiza uma primeira visita ao bairro, sendo apresentado por ela para “pessoas tanto envolvidas no movimento, como pessoas da comunidade em geral”. Ele, então, faz amizade com o proprietário de um bar, que era um local de concentração do público-alvo do programa, e começa a desenvolver as ações do PRD ali. Nesse ponto da sua narrativa, Marcão destaca a capilaridade do trabalho realizado através da rede de pessoas que faziam uso de substâncias psicoativas:

“Era na porta de um bar onde tudo acontecia, onde vendia cocaína, crack e maconha, e do lado vendia álcool. Então, aí a partir dali foi possível a gente conhecer outras figuras, outros canais de comunicação, que levou a gente, e conseguiu espalhar na Cidade Baixa inteira. Com isso a gente conseguiu

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



trabalhar no Uruguai, na Mangueira, nas Palafitas, dali já surgiu contato para ir para o Subúrbio, e a partir dali, você vê como uma coisa em rede, esse trabalho na rede de usuários, foi possível a gente fazer isso”. (Marco Manso Cerqueira da Silva)

Através da continuidade desse trabalho na Ribeira, ele consegue identificar “pessoas chaves” e compor uma equipe no território com moradores do bairro, com a intenção de “que na hora em que o serviço não estivesse lá, tivessem essas pessoas para dar continuidade”. Dessa forma, foram criados, na casa dos próprios moradores, vários pontos fixos de prevenção do PRD com troca de seringas, distribuição de preservativos (masculinos e femininos) e materiais informativos, incluindo os endereços dos serviços de saúde nos quais as pessoas poderiam buscar atendimento, caso desejassem. À medida que o trabalho foi sendo ampliado no bairro, outras articulações, entre elas com associações de moradores e com escolas, se fizeram necessárias para atingir um público ainda maior. “E aí, a Ribeira se tornou um grande palco, inclusive, onde as pessoas bebiam nessa fonte, né? Que vieram de todo o país”.

“Isso é uma coisa que, inclusive, me inquieta, que quando se fala de redução de danos no Brasil, você vai ver pouca coisa, vai dizer que Salvador foi o primeiro programa de redução de danos a ser criado e coisa e tal, mas tem pouca coisa falando sobre importância do que foi a gente aqui, porque a gente tinha essa coisa forte do trabalho de comunidade. Então o Brasil todo, o mundo inteiro vinha beber a água dessa fonte aqui, de ver como é que a gente tinha essa facilidade de tipo, de fazer um trabalho, fazer uma ação dentro de uma boca de fumo, onde as pessoas chegavam, comprava, saía, usava, você conseguia fazer certas atividades”. (Marco Manso Cerqueira da Silva)

Assim, “foi com esse conceito de multidões, foi juntando gente”, que a Ribeira se torna um território importante de expansão da redução de danos na cidade, através da atuação da equipe multidisciplinar do PRD, da multiplicação dos pontos fixos de prevenção e de intercâmbio para profissionais oriundos de todo o país, bem como da realização de pesquisas com o objetivo de subsidiar as estratégias de RD. O êxito desse trabalho, por sua vez, é compartilhado, em sua narrativa, com as pessoas usuárias de substâncias, “inclusive usuários de drogas injetável, que têm uma contribuição fantástica para tudo isso que está aí”. Deste modo, Marcão nos convoca, mais uma vez, a reconhecer que a sistematização e a consolidação da redução de danos não foi resultado só dos profissionais que atuaram nesse campo, mas do intenso protagonismo das próprias pessoas envolvidas diretamente nas redes de uso e/ou mercado de substâncias psicoativas.

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



A partir das suas narrativas, também acessamos um momento importante de inflexão das estratégias de RD, que se dá com o surgimento do crack. No registro de Marcão, o crack começa a chegar na cidade de Salvador em 1996, mais precisamente no Centro Histórico, “de uma forma artesanal, que a galera fazia em casa mesmo, misturava cocaína, bicarbonato, aquecia e virava uma casca. Inicialmente, ele chega assim até a coisa cair na rede e começa a chegar já em forma de pedra, e aí isso espalhou para outros bairros”. As mudanças produzidas no perfil de consumo de substâncias psicoativas e na paisagem do Centro Histórico, diante dessa nova forma de uso da cocaína, foram rápidas e marcantes:

“Então, aí nesse período teve uma migração dos usuários de droga injetável para o crack. Aí é que começa a diminuir bastante os números de droga injetável exatamente por conta... um dos motivos foi esse. Primeiro, a questão de que tinha gente pra caralho morrendo, a galera começa a se conscientizar, e aí chega uma droga que foi como se fosse substituir esse uso por conta desse efeito rápido que o crack dava. Então aquele barato que você sentia se injetando, você começou a sentir usando o crack. E aí baixa significativamente essa questão do uso injetável. E aí, o crack virou a bola da vez, nessa época. Isso aí começa a se expandir para outros bairros, [...] aí surge essa história da Cracolândia aqui na [Rua] 28 de setembro”.
(Marco Manso Cerqueira da Silva)

“O crack virou a bola da vez”. E, em consequência da redução do uso de cocaína injetável, as trocas de seringas também diminuíram. É em meio à perplexidade em relação ao novo contexto, “meio sem saber o que é que fazia”, que outras estratégias de aproximação e de redução de danos são construídas pela equipe do PRD. Entre elas destaca-se o Cinema na Rua, que consistia na exibição de filmes curtos, inicialmente na cena de uso na Rua 28 de Setembro, no Centro Histórico, com o objetivo de despertar o interesse e abrir a possibilidade da equipe proceder na escuta dessas pessoas. À medida que os riscos e danos associados ao uso da cocaína fumada foram sendo identificados, outras estratégias foram sendo construídas, a exemplo das oficinas de produção de cachimbos, uma vez que copos e latas encontrados no lixo eram comumente utilizados e compartilhados para o uso de crack, aumentando o risco de contaminação com doenças em função da procedência desses materiais.

Ao longo da sua trajetória, Marcão vivenciou e pôde contribuir no processo de expansão da redução de danos de estratégia no campo da saúde pública para diretriz do cuidado às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, ou seja, “sair dessa questão de uma prática de saúde, essa coisa da seringa, para um cuidado ético, para um cuidado mais

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



humanizado”. Ele rememora ainda como “uma experiência fantástica” a criação da Associação Baiana de Redutores de Danos - Abareda, em 2001, para receber recursos do Governo Federal e desenvolver ações de redução de danos no âmbito da política nacional de enfrentamento da epidemia de HIV/Aids. No entanto, à medida que esses repasses foram descontinuados, dada a transferência de responsabilidade para os municípios e estados com a entrada da RD no campo da saúde mental, a associação, com sede nas palafitas na Península de Itapagipe, “foi agonizando, agonizando até que a gente teve que fechar as portas”. Em sua percepção, de lá pra cá, em função dessa restrição no investimento público, a redução de danos se voltou mais para as pessoas em situação de rua e “tem pouca coisa dentro das comunidades [...] mas não é coisa lá dentro, lá onde a coisa acontece”, destacando que a RD “tem que chegar lá na ponta, lá na favela”.

1.2 “O passado com o presente muito junto”: trajetória de Benimário Silva e atuação do PRD no Engenho Velho da Federação

“Essa é uma história muito, eu diria grandiosa, sabia? Você não sabe como eu tenho prazer de ser redutor de danos. A redução de danos transformou minha vida, transformou uma imagem, porque os acontecimentos que eu tive dentro da redução de danos, quando fui preso e tal e coisa, passou, mas os olhares ficam. E depois as pessoas me verem saindo para trabalhar durante esses anos todos. Aí olha assim ‘poxa, ele fazia uso de drogas’. [...] Eu acho que isso mudou a mente de algumas pessoas quando aconteceu aquele fato para hoje. E eu sair de manhã, chegar à noite, e saber ainda que eu estou fazendo aquele trabalho, que um dia foi visto como um tráfico que eu estava fazendo”. (Benimário Santos Silva)

Morador do Engenho Velho da Federação desde 1971, Benimário Santos Silva, atualmente redutor de danos no CAPSad Gregório de Mattos, narra que sempre foi um líder comunitário. Em dado momento da sua trajetória, ele começa fazer uma “ação social” no bairro, que consistia em oferecer aulas de reforço escolar, de forma gratuita ou mediante o pagamento de um valor mínimo, para as “pessoas humildes”, em especial crianças e adolescentes. Dado os bons resultados escolares alcançados pelos estudantes com o auxílio de suas aulas, ele, que vinha de uma história de uso de substâncias psicoativas, ganha uma “maior notoriedade” no bairro, fazendo com que, em suas palavras, “mesmo eu sendo usuário, esse trabalho crescesse e se ampliasse dentro do bairro”, e “me fez também ser visto por duas estudantes de antropologia da Ufba”, viabilizando o seu encontro com a redução de danos.

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



As então estudantes - uma delas Luzânia Barreto Rodrigues, atualmente professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf - que estavam iniciando uma pesquisa no bairro, vinculada ao Cetad/Ufba, convidam Benimário para participar do curso de redução de danos do PRD e auxiliar na articulação com as pessoas que faziam uso de drogas injetáveis. Ele fica “com o pé atrás, outro na frente”, duvidando que houvesse um trabalho voltado para essas pessoas, que não visava proibir, mas orientar “como fazer uso de maneira livre e cuidando da saúde”. Por esse motivo, ele não aceita o convite de imediato, mas compartilha com seu primo, Josemar, explicando sua descrença: ‘não levei fé, porque eu faço uso, sou mal visto dentro da comunidade agora por fazer uso, apesar de dar aula, mas só que isso arranhou um pouco minha imagem para as pessoas que não conhecem o que é ser usuário e ser trabalhador’. Josemar, por sua vez, se interessa pela proposta, vai até o Cetad e confirma para Benimário a existência do programa.

A partir daí, mas “ainda receoso, devido à perseguição que eu sofri por ser usuário”, ele, juntamente com o primo, começa a frequentar o curso de redução de danos uma vez por semana. Na época, Benimário tinha três turmas de reforço escolar durante o dia, cada uma delas formada por 15 estudantes. O curso durou um bom tempo, e para frequentar ele teve que suspender as aulas de reforço da quarta-feira à tarde. Ainda durante esse período, ele se insere nas ações do PRD no Centro Histórico, apontando, nesse ponto, a importância do trabalho realizado junto a Fátima Cavalcanti em sua formação como redutor de danos: “foi uma pessoa também que me ajudou muito a estar me orientando como chegar. Tudo isso eu sabia. Mas só que para falar desse tipo de trabalho, a importância, por que fazer, é bom ouvir alguém que já vinha fazendo e estava dando certo”.

Além do Centro Histórico, neste momento, o PRD do Cetad/Ufba já estava em plena atividade no bairro do Calabar, quando Benimário, então, propõe desenvolver as ações do programa no seu bairro, o Engenho Velho da Federação. Para tal, foi necessário, dessa vez, cancelar a turma noturna de reforço escolar, entretanto, como destaca em sua narrativa, ministrar aulas nos três turnos já estava muito cansativo, “eu não aguentava mais, mas eu precisava também. Eu estava desempregado, já estava com uma deficiência, usava duas bengalas, e precisava ter dinheiro para pagar contas, para comer, para comprar materiais de higiene, para me vestir”. Daí como o PRD “já dava uma bolsa para esse tipo de trabalho, e ainda dava o curso, e ainda dava o certificado”, ele enxerga nas formações e no trabalho

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



como redutor de danos uma possibilidade concreta de futuro, e começa a atuar no referido bairro, durante à noite, integrando a equipe multidisciplinar do programa.

A casa de Benimário se torna, assim, um ponto fixo de prevenção no Engenho Velho da Federação, e o PRD inicia suas ações em locais, que “tinha muitos usuários de drogas, tinha baile, [...] e as pessoas se relacionavam sexualmente livremente”, previamente mapeados pelos redutores de danos. Essas ações consistiam na apresentação de vídeos do Ministério da Saúde, tratando sobre a prevenção de HIV/Aids entre pessoas que faziam uso de drogas injetáveis; seguida de discussões acerca da ligação entre o uso abusivo de substâncias psicoativas e relações sexuais desprotegidas; além da distribuição de preservativos e da realização de uma atividade educativa, com o auxílio de uma prótese peniana, ensinando a colocá-lo de forma correta. À medida que outros redutores de danos vão se somando à equipe, o programa vai ampliando seu território de atuação no bairro e suas imediações:

“Esse trabalho se ampliou no bairro todo. [...], tomamos o bairro todo, porque tinha um número imenso de redutores. [...] A gente foi convidando pessoas de determinadas áreas, de norte a sul, de leste a oeste, sacou? Para que a gente avançasse no bairro todo. Usamos essa estratégia e deu certo. Eu acho que lá tinha cerca de seis redutores. Tinha Andreia Lanza, Andreia Lanza da área da Muriçoca para Vasco da Gama. Tinha Denise, que era a parte mais do morro, uma parte do morro de dentro, descendo para Baixa da Égua. Tinha Meire, que era a outra ponta da Baixa da Égua, porque a Baixa da Égua é imensa. Você pegando do alto, você vê uma favela gigante. Você olha assim, ‘nossa, cheia de labirintos’. Em cima, eu, Sirlei e Josemar. A gente cobria a Rua das Palmeiras, a Polinário Santana, a parte que vai sair ali na direção do Açaí, na Vasco da Gama. A gente tomava toda aquela areia da Lajinha. [...] Pois é, esse trabalho ficou muito firme. Aí começamos a ampliar também para a Vasco da Gama. Cangira. [...] Também tinha uma imensidão de usuários. A gente se ampliou para ali também. Agora, era trabalho, viu? Pense aí. Nós lutamos na redução de danos. Buscamos todos os pontos possíveis e até imaginários para atingir esse público”. (Benimário Silva Santos)

Através desse trabalho de campo intenso - que também envolvia o preenchimento de mapas com o registro do nome, idade, substâncias psicoativas de uso, insumos distribuídos e orientações prestadas, além da descrição qualitativa dos contextos e atendimentos em relatórios de campo - os redutores de danos vão se tornando referências no território de atuação. Além das estratégias de prevenção, quando surgiam suspeitas ou casos confirmados de infecções sexualmente transmissíveis -ISTs, eles eram os primeiros a

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



ser procurados pelas pessoas que faziam uso de substâncias e pela comunidade mais ampla. Nesses casos, o acesso à saúde era ainda mais dificultado pelo estigma, demandando, muitas vezes, que os redutores acompanhassem essas pessoas até os serviços, mostrando pra elas “uma visão de que você tem direito a isso aí, você pode vir aqui buscar uma ajuda. Para cuidar de sua saúde”.

Com a consolidação das ações desenvolvidas pelo PRD no bairro, outros pontos fixos de prevenção foram surgindo, e, em dado momento, a casa de Benimário teve que deixar de ser um deles. Vale a pena recuperarmos sua narrativa:

“Porque à noite, quando tava o apoio lá em minha casa, à noite eu tinha que distribuir as seringas, porque a galera trazia as usadas pra eu dar as novas, e distribuía os preservativos. Isso aí causou um impacto dentro da comunidade. Aí surgiu a ruptura minha com a comunidade, porque denunciaram achando que eu estava vendendo drogas à noite. Foi quando um dia a polícia invadiu lá. Primeiro bateram na porta. Aí eu estava assistindo um jogo de futebol, aí o cidadão bateu na porta e eu: ‘pode entrar, por favor, eu tenho uma deficiência, é difícil levantar rápido’. Ele entrou com a arma na mão e fez: ‘é polícia’. Eu digo: ‘polícia?, ‘por quê?’. Ele fez: ‘denunciaram que você tem um quilo de cocaína aqui’. Eu disse: ‘um quilo de cocaína?’, ‘o senhor vê uma casa tão humilde dessa, tem um quilo de cocaína aqui?’, ‘eu tenho aqui uma televisão, essa mesa com duas cadeiras, um sofá, é isso que eu tenho aqui’. ‘Não, mas denunciaram que você tinha cocaína aqui’. Eu disse a ele: ‘lhe disseram isso?’. ‘Ah, então você tem liberdade ampla e geral para achar cocaína que você disse que veio buscar’. Aí ele futucou tudo, futucou tudo, e nada de achar, e eu olhando ele, ele futucando tudo, não achou nada. Ele pegou vários papéis, colocou em um saco de lixo, empurrou bastante, fez aquele saquinho assim, deu um nó e saiu na mão. Colocou outro saco também em cima, fez aquela, e saiu na mão comigo preso”. E a população gritando na rua, falando: ‘não, ele é professor aqui da área, isso é covardia, tal e coisa’. Eu fui preso e ainda fui naquela parte do fundo do carro de polícia, a mala foi horrível para eu entrar. Ô imagem. Com deficiência, é mole? [...] Foi uma situação que até hoje me choca, sabia? Foi horrível, horrível para mim. Em pouco tempo eu voltei. Eu fui preso umas cinco e pouco, umas nove horas eu já estava em casa. E continuei minha vida com olhares dentro da comunidade, entendeu? Mas continuei fazendo redução de danos. Não abri mão. Eu disse: ‘vou mergulhar nessa onda aí, aí que vai’. Essa história inicial que marcou muito minha vida”. (Benimário Santos Silva)

O episódio de prisão vivenciado pelo redutor de danos, não só marca de forma significativa a sua trajetória singular, mas evidencia os embates mais cotidianos da redução de danos com as forças contrárias ao seu desenvolvimento. Ademais, percebe-se a partir da sua narrativa que se a identificação como professor faz com que ele seja “mais bem notado, visto com um certo olhar, com um olhar diferente”, produzindo assim uma ambivalência

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



positiva em relação à sua imagem; o trabalho como redutor de danos, de certa forma, acaba reforçando um lugar de exposição/vulnerabilidade. Contudo, apesar de ter sido, em suas palavras, “uma situação que até hoje me choca”, ele não só continuou fazendo redução de danos, mesmo “com olhares dentro da comunidade”, como se fortaleceu “mergulhando” ainda mais na prática profissional. Passando a atuar, posteriormente, no Centro Histórico, “fazendo o trabalho até hoje através do CAPSad [Gregório de Mattos]”

A partir da sua trajetória na RD, Benimário aponta como uma das diferenças de quando começou a atuar até aqui, o avanço na compreensão acerca do que é e do porquê fazer redução de danos. Em suas palavras: “antigamente [as pessoas] olhavam com dúvidas, ‘porra, entregar materiais para as pessoas usar droga?’, ‘isso é um incentivo’, ‘isso é uma maneira de dizer: use’ [...], e hoje um monte de gente já sabe o que é redução de danos e por que fazer”. Contudo, ele faz uma ressalva destacando o fortalecimento das Comunidades Terapêuticas - CTs - que é em sua percepção “são sarjetas, são abusos com o ser humano, é uma maneira escrava de ter um cidadão ali naquele lugar” - e a falta de investimento público em equipamentos de saúde mental voltados para o cuidado em liberdade. Por essa ausência de “visão”, em suas palavras, “as coisas estão aí desse jeito, a gente caminhando em passos de formiga na saúde voltada para a população que faz uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas. Infelizmente é a política do Brasil”.

1.3 “Um norte de ampliação”: trajetória de Sirlei Barreto e entrada da RD no campo da saúde mental

“Eu tinha várias pessoas que me coordenavam, que me davam um, sabe, um estímulo, ‘ah, você é jovem, vai estudar’ [...] E a redução de danos ela me facilitou bastante. Várias direções ao meu favor... de vida. Ela me estimulou bastante pra que eu tivesse outra direção, outro norte. [...] E aí eu me lembro que o doutor Tarcísio [Tarcísio Matos de Andrade] me botava em tanto projeto pra trabalhar. ‘Ah, mas você vai viajar’. Eu virei uma caixeira viajante e ia pra tanto lugar pra fazer feira de saúde, botava as barracas, aqueles álbuns, os preservativos pra falar sobre a redução de danos. [...] E tudo isso assim, eu fui nessa lombra aí, nessa toda trajetória, eu fui largando mais o tráfico e a droga, o uso. [...] e com isso ela foi me ofertando outro lugar dentro da sociedade”. (Sirlei Silva Barreto)

Atualmente redutora de danos no CAPSad Gregório de Mattos, Sirlei Silva Barreto é uma das redutoras que inicia sua trajetória na RD no Engenho Velho da Federação. Vinda de uma trajetória de uso de substâncias psicoativas, na época, ela frequentava a casa de

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



Benimário com o companheiro, que fazia uso de drogas injetáveis. Motivada pelo interesse em saber mais sobre a relação entre HIV/Aids e o compartilhamento de seringas, bem como sobre as substâncias psicoativas em si, ela se interessa pelo projeto de cuidado do programa e, gradativamente, vai sendo inserida na equipe do PRD do Cetad/Ufba. Em 2003, em meio ao movimento de expansão da RD para o campo da saúde mental, Tarcísio Matos de Andrade, então coordenador do PRD, funda a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti - ARD/FC, e Sirlei, assim como o restante da equipe, passa a atuar através desse novo serviço de extensão, também vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

Em sua percepção, essa expansão para além do controle da epidemia de HIV/Aids, dá “um norte de ampliação” à RD e a própria atuação dos redutores de danos. Já no novo serviço, as ações desenvolvidas, até então, começam a ser diversificadas, assim como o público alvo delas e os territórios de atuação. Nessa perspectiva, Sirlei destaca as capacitações com profissionais de saúde, policiais e lideranças comunitárias, “fazendo toda essa ampliação de saberes” em relação ao uso de substâncias psicoativas; além das ações nas unidades prisionais, nas rádios comunitárias e nos bairros populares. Essa última através de um veículo equipado como um consultório móvel, que a equipe multidisciplinar utilizava para fazer os atendimentos nos territórios e os encaminhamentos para outros serviços quando necessários. Ainda nesse ponto, ela ressalta a produção de pesquisas com a intenção de embasar e fortalecer as estratégias de redução de danos desenvolvidas.

“E isso foi tomando corpo, fomos, né? Também sendo assim desafiador. Porque era uma prática que os governantes não financiava recursos. A gente trabalhava com projetos, né? Na época. Até hoje aqui é projeto, né? E aí a gente trabalhava com projetos e esses projetos quando acabava a gente ficava a ver navio. Como teve um tempo que o dinheiro da redução de danos acaba e os kits de troca de seringa não vieram mais. Porque a gente... quando as trocas eram feitas através dos kits, tinha as seringas, tinha a colherinha para botar o pó, tinha a agulha destilada, o suave, o garrote e o preservativo. Então, quando acaba, as pessoas que já tem um vínculo já começa a se corresponsabilizar com sua saúde, e aquelas pessoas ainda não tem outro lugar pra assim, pra ser referenciado, pra ofertar, era muito difícil pra gente. Porque a droga, eles existe, o uso existe e a fissura do tomar as pancadas, naquela época. Então, havia uma grande preocupação com isso. E aí, eu me lembro que um tempo fomos fazer aquele papel lá da Holanda, de desinfetar os apetrechos, que são as colherinhas e tal, pra eles reutilizar. Então, era muito desafiador na época. E a AIDS bombando, né? E a sociedade, uma parte via que a AIDS só pegava

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



através de usuários de drogas, só através de profissional do sexo. Essa categoria, né? E aí, esses recursos mais não eram mantidos por essa visão deles, né? E é isso, né? E depois que a política está bem assim instituída aqui em Salvador, que aí o Ministério fala, o Ministério da Saúde, que a obrigação do município, que não é mais a obrigação do Estado, do Ministério da Saúde, sim, do município bancar. Aí, a gente tem aquele corte total, né? E aí, para tudo, né?”. (Sirlei Silva Barreto)

Diante do corte no investimento público para as ações de RD, a equipe começa a se questionar acerca das possibilidades de continuar promovendo o cuidado, em especial, para as pessoas que faziam uso de drogas injetáveis e já haviam se co-responsabilizado com sua saúde, a partir do vínculo construído com os profissionais do serviço. Além da construção de estratégias, a exemplo da desinfecção dos apetrechos para que pudessem ser reutilizados, como Sirlei cita acima, nesse momento, a articulação de rede também aparece como uma alternativa para não interromper a assistência prestada pela equipe vinculada a ARD/FC: “A gente batia em porta em porta. Botava a sacolinha do lado, ia lá [...] conversar, apresentar o trabalho, quantas pessoas a gente tinha atendido, para fazer, assim, uma estatística, né? Tudo na Aliança de Redução de Danos era pesquisa estatística, relatório de dados”.

Ainda nesse ponto, ela relembra o Projeto Comunidade, cujo público-alvo eram famílias vivendo com HIV/Aids. Após mapear as áreas de concentração dessas famílias, a equipe multidisciplinar da ARD-FC buscou uma articulação de rede com o Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa - Cedap. Criando, assim, as possibilidades para que elas pudessem começar “a conviver com sua história e com seus próprios cuidados, né? Que era a história dessa família que já sabia que tinha”. Aqui, Sirlei também ressalta o papel substancial desempenhado pela equipe do serviço para garantia do direito à saúde para essas famílias: “A gente também era assim, o registro dessas pessoas. A gente era a identidade dessas pessoas, pra essas pessoas ter essa garantia desse balcão para cá, pra que ele fosse visto como cidadão, como qualquer outro”.

Já em 2012, a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti inaugura o CAPSad Gregório de Mattos, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, no Centro Histórico. E Sirlei, que vinha construindo sua trajetória na RD mais voltada para a atenção básica em saúde - e em suas palavras “eu sabia o que é o uso de drogas, eu sabia sobre o que é efeito de cada droga, assim, a misturada, a não misturada” - é convidada para atuar como redutora de danos no referido equipamento de saúde mental. A partir daí, ela se vê

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



desafiada a se conectar com o que imagina, nesse primeiro momento, ser um universo completamente novo de saberes e práticas, e começa a estudar o “casamento” entre a Reforma Psiquiátrica e a redução de danos. Percebendo, então, que poderia “trabalhar com as estratégias da redução de danos dentro do serviço com essas pessoas e fora também”.

Ao longo da sua trajetória na RD, ela destaca a busca constante por conhecimento para “desenrolar e ampliar mais esse cuidado e passar mesmo pras pessoas, porque a gente cuida de pessoas, as pessoas existem, e é muito desafiador essa política de drogas”. Um dos desafios atuais, em sua percepção, passa pela regulamentação do cargo de redutor de danos, cuja importância está para além dos benefícios aos profissionais que exercem essa atividade. “Porque o profissional sai daqui e vai pra outro lugar, mas e sim [para garantir] a vida das pessoas, a saúde dessas pessoas”, ao passo que a RD reconhece a sua liberdade e autonomia, facilitando, dessa forma, o acesso aos direitos de um modo geral. Para Sirlei, “tá essa guerra toda porque ela vai dar pano pra manga mais ainda, a redução de danos”.



complexidade da RD, demonstrando como ela se adapta na tentativa de responder às necessidades emergentes da sociedade. A primeira onda, por exemplo, foi fundamental para estabelecer a RD como uma estratégia de saúde pública, enquanto a segunda e a terceira onda expandiram seu alcance para abordar questões de saúde mental, direitos humanos e inclusão social.

Partindo do princípio do pragmatismo prático, os discursos e estratégias da redução de danos foram voltados para construir soluções práticas e realistas, valendo-se da compreensão do consumo de drogas como uma experiência universal em todas as sociedades, portanto, cultural e factual (Bergeron, 2012). Ao entender dessa maneira, a RD contrapõem-se ao discurso de uma sociedade sem drogas como solução para as problemáticas emergentes do modelo de vida daquele contexto, expondo que a política proibicionista produz o efeito de criminalizar as coletividades que fazem uso de drogas, ao invés de resolver qualquer problema de natureza biológica ou social.

Túlio Kércio Arruda Prestes (2017) afirma que, ao empreender o discurso de naturalização das drogas na experiência humana, a redução de danos aponta para o insucesso da política proibicionista, colocando-se como uma alternativa mais realista na relação sujeito-droga, em que se coloca o elemento governável, ou seja, a autonomia dos sujeitos em jogo. Desse modo, “as estratégias de governo na Redução de Danos pretendem a construção de um autogoverno e de um autogerenciamento dos riscos envolvidos no uso de drogas” (Prestes, 2017, p. 33).

Neste capítulo, buscamos destacar e iluminar as reflexões sobre a experiência da redução de danos, a partir das vivências de seus atores — tanto aqueles que atuam ou atuaram nos serviços de cuidado em redução de danos na cidade de Salvador-BA, quanto os próprios beneficiários dessas práticas. Das narrativas compartilhadas, emergiram concepções e estratégias de redução de danos, que, com esforço, sistematizamos em cinco pontos considerados centrais para a compreensão das lógicas que fundamentam sua prática. Esperamos, com este movimento, contribuir para as discussões sobre a definição da redução de danos e, assim, posicioná-la em um polo oposto às práticas proibicionistas no que se refere ao uso de substâncias psicoativas.

2.1 Interessa a pessoa e não a droga: a destituição de valor da droga

A concepção de Redução de Danos fundamentada na valorização da pessoa, mais do que na substância psicoativa, representa um rompimento com os modelos tradicionais de atenção ao álcool e outras drogas focados na abstinência e controle do uso de drogas. Essa perspectiva não enxerga a droga como um problema isolado, mas como um elemento que coexiste em um universo complexo de histórias de vida, vulnerabilidades e contextos socioeconômicos. A destituição de valor da droga, que marca essa perspectiva, amplia a prática da RD para abarcar as múltiplas necessidades do sujeito e valorizar suas experiências, desejos e escolhas.

Essa prática rompe com a centralidade da droga e realiza uma “ruptura epistemológica”, em que a droga deixa de ser o aspecto mais relevante, e o foco passa a ser “a pessoa, a pessoa consumidora de drogas”. Tal fissura representa uma transformação na compreensão da relação entre a droga e o indivíduo, deslocando o cuidado de uma ótica patologizante para uma abordagem centrada na subjetividade da pessoa. Vejamos esta compreensão nas palavras do professor, médico e psicanalista Antônio Nery Filho:

“Eu acho que nós da Bahia [...] propusemos uma clínica de outra natureza, nós fizemos uma ruptura epistemológica. Nós rompemos com a droga com o tratamento biológico das pessoas usuárias de drogas para compreender o lugar da droga na subjetividade da pessoa. Isso é uma ruptura epistemológica fundamental. E aí a droga deixa de ser o mais importante, passa a ser o mais importante a pessoa, a pessoa consumidora de drogas [...] eu dizia que nos interessava a pessoa e não a droga. Por quê? Porque nos interessava conhecer a pessoa, compreender a sua história, a sua vida, para então propor alguma ajuda, algum trabalho que pudesse ser benéfico à vida dessa pessoa”. (Antônio Nery Filho)

A Redução de Danos, nessa visão, é redefinida e expande seu alcance, ultrapassando a mitigação dos riscos à saúde associados ao consumo de drogas. Como afirma Antônio Nery Filho na fala acima: “não é redução de danos da droga; é redução dos danos causados pelas diversas coisas que as pessoas podem fazer a si próprias e aos outros”. O foco desloca-se para a pessoa e as circunstâncias de sua vida, valorizando não só o seu bem-estar físico. Nesse contexto, “nós nunca colocamos a droga em evidência, nós destruimos a droga de valor e instituímos a pessoa e sua vida e sua história como sendo fundamental” (Antônio Nery Filho).



A história do sujeito nessa dimensão é importante, pois para além de considerar os princípios - “sujeito, droga e meio” - o inconsciente do indivíduo que faz uso de substâncias psicoativas se torna um elemento a ser considerado nesta perspectiva de cuidado:

“Mas ora, eu tinha a pessoa, o encontro de alguém com uma droga no meio social, e nós passamos a dizer esta pessoa, nós queremos vê-la numa perspectiva da psicanálise. Isto é de uma pessoa que fala, de uma pessoa que tem uma história, de uma pessoa que tem um inconsciente. E aí isso nos torna diferente de tudo que se fazia no Brasil, que era mais voltado para a ordem biomédica, era a droga que faz um dano neurológico e o sujeito se torna dependente, nós dissemos 'não é assim'. A droga pode causar um dano biológico, mas antes disso tem uma pessoa, durante isso tem uma pessoa e depois disso também tem uma pessoa. [...] Não é a droga, não é só a circunstância, não é só esse encontro, tem um sujeito do inconsciente, quer dizer há uma demanda que a psicanálise trata bem, que é a demanda do sujeito, é o desejo, são as necessidades de cada um, é a repetição, é o sofrimento, é tudo isso que a psicanálise é capaz de cuidar, que a biologia não trata”. (Antônio Nery Filho)

Além disso, o uso de linguagens artísticas também enriquece essa abordagem, possibilitando que os usuários explorem sua subjetividade e ressignifique a relação com o próprio corpo. Nesse processo, o corpo não é apenas um veículo físico, mas um espaço de expressão, de dores e de memórias, assim como aponta a atriz, diretora, produtora e psicopedagoga, que atuou como arte-educadora no Programa Corra pro Abraço, Merry Batista:

“Entender que eu tenho sobranças, e que eu nunca parava pra poder ver isso. Que eu tenho corpo, que meu corpo está mutilado, que eu não parava para ver isso, que essas cicatrizes estão no meu corpo, entender porque elas estão, e entender também como é que eu posso fazer diferente. O teatro permite que essas pessoas percebam detalhes que antes eram ignorados ou dolorosos de reconhecer, como "entender que eu tenho sobranças, e que eu nunca parava pra poder ver isso", ou aceitar cicatrizes como parte da própria história. Ao se conectar com o próprio corpo, o sujeito também se fortalece para entender e transformar sua relação consigo e com o mundo ao seu redor”. (Merry Batista)

Nesse sentido, a RD vai além de uma intervenção imediata; ela é também um processo de construção de autonomia e fortalecimento dos sonhos e desejos individuais, não se trata apenas de mitigar os riscos associados ao uso de substâncias, mas também de fortalecer e criar espaços onde a pessoa se sente vista e capaz de construir “alternativas para vida”. Assim, a prática de RD nesta perspectiva é fundamentada no reconhecimento da



subjetividade, da história e do desejo do sujeito, na qual o cuidado se revela na escuta, na atenção às singularidades e na elaboração de estratégias junto a ele.

2.2 Redução de Danos como filosofia de vida: o cuidado é amplo e cotidiano

A segunda concepção de redução de danos que aparece entre as narrativas das interlocutoras e interlocutores desta pesquisa é uma perspectiva que atravessa o uso de substâncias psicoativas e se espalha por diversas esferas da vida. Esta noção propõe uma visão ampla de cuidado, reconhecendo que práticas e hábitos cotidianos também demandam autocuidado e estratégias para minimizar danos. Ao contrário de uma abordagem proibicionista, a RD incentiva a autonomia, o autocuidado e o respeito às escolhas individuais e a adaptação das intervenções ao contexto pessoal de cada pessoa, viabilizando um empoderamento que se estende a diferentes aspectos da vida cotidiana.

O relato de Maria Estrela Felipa de Souza da Silva, redutora de danos integrante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionista - RENFA, ilustra essa visão ampliada, ao destacar que a RD permite um empoderamento para lidar com o uso de substâncias de maneira que beneficie a própria vida. Ela argumenta que a RD a ajuda a perceber que nem todas as substâncias são adequadas para seu bem-estar, como o álcool, que "me desorganiza, me prejudica". Nesse contexto, a RD funciona como uma ferramenta de autoconhecimento, possibilitando que cada indivíduo identifique aquilo que o desorganiza e busque alternativas que promovam um equilíbrio. Essa prática não é somente sobre evitar danos físicos, mas também sobre reconhecer e modificar as próprias escolhas de forma consciente. Maria Estrela, afirma:

“[...] realmente, para nós, o uso está para nos desorganizar e a redução de danos me trouxe um empoderamento, não para tá sendo usuária e usar tudo. Na verdade, para reduzir, para minar esses usos e fazer a compreensão do que está para mim, que talvez eu não tenha uma relação positiva com o uso de todas as substâncias. Se eu uso o álcool, o álcool me desorganiza, me prejudica, então, assim, o álcool não é para mim, e aí eu uso outra, então eu posso ter uma relação de desopilar, de me tornar criativa, acessar um lugar com outras coisas e não com aquela”. (Maria Estrela Felipa da Silva)

“[...] a redução de danos, ela me salva todos os dias e ela funciona, desde quando ela me mostra que tudo tem uma conversa, tudo tem um diálogo. Então eu percebo que as pessoas que estão na rua, elas deveriam ter mais

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



acesso, mais investimento na redução de danos. Eu acho que a profissionalização, a regulamentação da redução de danos deve ser algo, que tem que estar nos serviços, não só para projetos que trabalham com pessoas em uso de substância psicoativa, mas como eu disse, acho que envolve muitos contextos de vulnerabilidade e de dar uma ferramenta de autocuidado, de cuidado que é o que eu classifico também, assim, na redução de danos”. (Maria Estrela Felipa da Silva)

A redução de danos, assim como destaca Rosimeire Brito Correia, atualmente Monitora de Redução de Danos do Programa Corra Pro Abraço, também se aplica ao cotidiano de forma mais abrangente através de práticas de autocuidado, tais como se alimentar bem, descansar e diminuir o uso de substâncias lícitas ou ilícitas. Ela relata como passou a substituir o café no seu dia a dia pelo chá em casa, demonstrando que até escolhas aparentemente simples podem fazer parte de uma organização da vida baseada na redução de danos. De acordo com Rosimeire a redução de danos é “o autocuidado, mentalmente, fisicamente, psicologicamente, em todas as áreas, na saúde da gente, no corpo da gente, ele atua. O que é um cuidar, tanto na droga lícita, como na que não é lícita” (Rosimeire Brito Correia). Essa prática incentiva uma análise da própria rotina, como por exemplo o consumo de café “até o café reduzi mais um pouco, por causa da redução de danos, porque o café também é vício” (Rosimeire Brito Correia) mostrando que práticas de autocuidado podem incluir ajustes em pequenos hábitos que podem afetar a saúde de forma contínua.

Enzo Gabriel da Paixão Cerqueira, também Monitor de Redução de Danos no Programa Corra Pro Abraço, ao compartilhar sua experiência inicial de ceticismo em relação ao curso de Redução de Danos, revela um entendimento que por vezes está presente no senso comum: o de que essa abordagem é voltada exclusivamente para pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas. Com o tempo, ele compreendeu que a RD é aplicável a qualquer pessoa em contextos de dependência ou que precisa lidar com desafios na vida cotidiana. Esse entendimento reflete a essência da RD como filosofia de vida, ao mostrar que todos — seja quem consome café em excesso, quem precisa de medicamentos ou quem lida com os desafios do dia a dia — podem se beneficiar dessa prática de autocuidado. “Às vezes, a pessoa que não conhece o que é a redução de danos só pensa que a redução de danos são para aquelas pessoas que usam droga [ilícitas], né? Mas, a redução de danos são pra aquelas pessoas que têm o vício de um café, de um remédio, de um queimado” (Enzo Gabriel da Paixão Cerqueira).

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



A redução de danos enquanto filosofia de vida, destaca que o cuidado proposto por essa abordagem é amplo, influenciando desde as práticas diárias até as relações interpessoais. Essa filosofia estimula uma postura de responsabilidade consigo mesmo e com o outro, como afirma Maria Estrela:

“Porque a redução de danos é a reflexão. É uma reflexão diante de você está dizendo ‘reduzir o dano’. Tá, eu vou pra um aniversário, eu fui com o carro. Se tá dizendo que “se beber não dirija”. Você: vou pro aniversário de carro. Aí quando volta, pega uma blitz. Aí tem o bafômetro. Aí tem todo o auê... Você já sabe se dirigir e beber vai ter uma situação problemática. Por que eu vou beber pra dirigir? Pensa em outra estratégia. Um Uber? Saio mais cedo da festa?”. (Maria Estrela Felipa da Silva)

Deste modo, a redução de danos convida as pessoas a adotar práticas de prevenção a comportamentos de risco, assim como enfatiza a redutora de danos no Programa Corra pro Abraço Cristina Maria Souza da Assumpção, o autocuidado e a autoconsciência são passos fundamentais, pois "primeiro, a gente tem que se cuidar para depois cuidar dos outros".

2.3 Entre o espaço fixo e a rua: estratégias e práticas de Redução de Danos

Como destacamos, conforme Dênis Petuco (2020), a redução de danos atualmente vive sua terceira onda, na qual o foco se amplia dos danos físicos causados pela droga para os danos sociais relacionados ao uso de álcool e outras drogas, como a violência, a estigmatização do usuário e o racismo. Essa nova fase não representa uma ruptura com as ondas anteriores, que enfatizavam a prevenção ao HIV/Aids e a saúde mental; ao contrário, ela configura um avanço crítico que incorpora essas experiências anteriores (Petuco, 2020, p. 100). Nesta perspectiva, e a partir das narrativas das pessoas entrevistadas, observamos que a redução de danos passa a integrar dimensões essenciais como o vínculo, o afeto e o reconhecimento da complexidade das trajetórias individuais, especialmente aquelas conformadas pela situação de rua e pela vulnerabilidade socioeconômica. Essas estratégias são desenvolvidas em resposta aos desafios colocados pela política nacional de álcool e outras drogas ao longo de mais de três décadas de institucionalização da redução de danos no Brasil.

Uma das nossas interlocutoras, Maria Estrela, ao descrever a importância da redução de danos para sua vida, revela que a prática também serve como um “resgate de seu próprio



projeto de vida”. Ela destaca a disparidade entre os que usam substâncias em casa, amparados por uma rede de cuidado, e aqueles que fazem uso nas ruas, onde o contexto é permeado por violência:

“Eu sei que elas [substâncias psicoativas] chegam para outras pessoas que não estão na rua, que usam dentro das suas casas, e essas pessoas, elas estão muitas vezes em um território que elas não vivenciam situações de violência por conta do uso, elas não vivenciam situações de sofrimento por conta do uso da substância”. (Maria Estrela Felipa da Silva)

Esta diferença acentua o papel essencial da redução de danos na rua oferecendo uma estrutura de cuidado acessível para aqueles que não conseguem acessar este serviço em pontos fixos. Nesse contexto, a RD para pessoas que vivenciam a situação de rua e outras vulnerabilidades atua como uma ferramenta para construção de possíveis caminhos para atenuar a exposição à violência e ao sofrimento.

Ao trabalhar diretamente com pessoas em situação de rua, os redutores e redutoras de danos apontam para a importância do vínculo para as práticas de redução de danos. Para Sirlei Silva Barreto o vínculo é a chave para que a redução de danos seja efetiva. Segundo ela, o estabelecimento desse laço possibilita que a pessoa assistida assuma autonomia sobre o próprio cuidado, tornando-se protagonista em sua jornada de cuidado. Este vínculo se constrói através de um trabalho paciente e sensível, que respeita a autonomia de cada indivíduo. Sirlei aponta que quando se constrói uma relação próxima e não hierárquica, o assistido se torna receptivo a novas possibilidades de autocuidado:

“O importante da redução de danos até hoje, é você ter o vínculo, ter as conquistas. E aí, se tem um vínculo, você estabiliza o usuário. A redução de danos possibilita a ele ter autonomia do próprio cuidado. Ele tem sua própria redução de danos no uso que antes fazia um uso abusivo. Ele tem, ele se espalha. Ele se abre como um guarda-chuva visando toda a questão. Mas, é quando há um vínculo, né? Com o sujeito. E aí, a gente foi ampliando esse trabalho”. (Sirlei Barreto)

Outra estratégia que aparece entre as narrativas das pessoas entrevistadas é a do afeto. Ramon, atualmente redutor de danos do Programa Corra pro Abraço, destaca que a RD é, acima de tudo, uma prática de afeto e cuidado. Ele sublinha que a interação com os usuários de substâncias deve ser empática e sem julgamentos. Em suas palavras:



“A redução de danos é cuidado, a redução de danos é afeto, a redução de danos é você tentar mesmo passear, né, junto com as pessoas. Passear, assim, no sentido de elaborar estratégias junto às pessoas, não você decidir, sabe? Então é isso, de maneira geral, eu vejo a redução de danos muito como cuidado, sabe? Como afeto, como carinho mesmo.” (Ramon Santos)

Essa abordagem que visa o afeto cria um ambiente onde os profissionais “caminham junto” com as pessoas, construindo estratégias de forma colaborativa, sem impor soluções de cima para baixo. Esse “passear junto” reflete uma prática horizontal, onde beneficiários e beneficiárias são agentes na construção do seu cuidado, reforçando sua autonomia e participação no processo.

Jamile Carvalho, cientista social e ex-coordenadora do Programa Corra pro Abraço, também interlocutora desta pesquisa, aponta para outra dimensão do afeto: sua ligação com uma forma de autoridade que se constrói a partir da confiança e do cuidado, ao invés da imposição ou força. Ela descreve a complexidade de lidar com pessoas que vivem em ambientes onde os conflitos são frequentemente resolvidos de forma violenta. Nesse ambiente, entrar em uma situação potencialmente violenta e conseguir mediar um conflito, até mesmo desarmando alguém, demanda um tipo de “autoridade” que é construída através de uma relação afetiva, na qual a pessoa que intervém é vista como alguém que se importa com o seu cuidado. Esse afeto gera uma influência respeitosa, como a de um pai ou uma mãe que exerce um poder protetor e cuidadoso sobre seus filhos. Ao expressar o cuidado, a pessoa consegue convencer o outro a desistir de uma ação violenta, mostrando que ambos os lados sairiam prejudicados. Esse poder afetivo se dá pela preocupação genuína com o bem-estar do outro. É um “poder” que não oprime:

“Porque pensa em pessoas com trajetórias e uma sociabilidade extremamente violenta. Em que a forma de lidar com os conflitos é a partir da violência, e você conseguir entrar numa briga e mediar com um com a faca na mão. E você pega essa faca porque você exerce alguma autoridade sobre aquela pessoa. Mas não é uma autoridade do autoritarismo. É uma autoridade do afeto, de que aquela pessoa tem uma importância pra você, então você a escuta, como um pai, uma mãe, que exerce uma autoridade, mas que é muito a partir do afeto. Então, assim, eu amo você, eu quero que você me dê essa faca, porque eu te amo e quero o seu bem. Não quero que você esfaqueie ninguém, porque você vai se dar mal, nem que o outro, que eu também gosto, receba essa facada. Então, é de um poder, assim, surreal. Isso é muito poderoso, isso é poder, né?”. (Jamile Carvalho)

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



Além das atividades em um ambiente fixo, profissionais, como Luana Malheiro, destacam a importância da atuação direta nos territórios de uso. Ela descreve a necessidade de estender o trabalho para espaços onde os usuários estão fazendo uso de substâncias psicoativas, especialmente em locais onde não se sentem prontos para participar de atividades coletivas. Ao ir até esses territórios, a equipe oferece suporte sem exigir uma mudança imediata de comportamento, respeitando o tempo e a autonomia de cada pessoa. Esse esforço de adaptação mostra que a RD não é apenas uma intervenção pontual, mas uma prática contínua e flexível que se molda ao contexto e à realidade das pessoas.

Ainda relacionado às estratégias de redução de danos em contextos de uso, Jamile Carvalho sugere que, para construir uma aproximação com as pessoas em situação de rua que fazem uso de substâncias psicoativas, é preciso o esforço em diminuir símbolos de distinção social – sejam acessórios ou vestimentas – que poderiam criar uma barreira de diferenciação entre profissionais e beneficiários do serviço:

“Eu sempre coloquei pra equipe que todo mundo tinha que ir sem acessórios sem muita coisa que nos diferencia, porque às vezes, ‘ah Jamile, mas é uma bijuteria’, mas isso, aquela mulher que tá lá em situação de rua, ela não tem acesso a essa bijuteria, aí chega você lá cheia de pulseira cheia de colar, de brinco. [...] a gente tem que se apresentar ali, o mais limpo possível. O mais próximo possível. Então assim, a nossa advogada, o nosso psicólogo, o nosso redutor de danos era alguém que se parecia com as pessoas que estavam na rua, e aí contava com essa coisa da simplicidade, de ir pra campo mesmo de uma forma simples, mais despojada, aí a galera trocava mesmo o seu sapato, botava o sapato mais simples e tal, vestia a camisa por cima da sua roupa que vinha de outro lugar, e aí isso fazia a gente se aproximar. Então acho que isso é também da tecnologia de cuidado que o Corra produziu, e produziu com inovação, sabe? É se despir desses lugares, e você se aproximar da pessoa em todos os sentidos, estéticos, afetivo, cognitivo, de repertório, de experiência”. (Jamile Carvalho)

A adaptação ao contexto do usuário é um tema que aparece de forma recorrente nas entrevistas. Gessé Oliveira, atualmente redutor de danos no Ponto de Cidadania, e Ramon Santos destacam que, para que o trabalho seja eficaz, é necessário falar a “mesma língua” das pessoas atendidas.

“Seja você mesmo. Quando você olhar para aquela pessoa, coloque-se no lugar daquela pessoa. Quando a pessoa vem alcoolizada, quando a pessoa vem com a mão toda suja, que vem com esse negócio... eu: opa! acabou esse negócio de murro, a gente não luta mais boxe, como era na época da

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



pandemia, não. Me dá sua mão aí, papapá. “Tô sujo”. Me dá sua mão aí”.
(Gessé Oliveira)

O uso de uma linguagem informal, que reflete o vocabulário do território, é uma ferramenta poderosa para reduzir barreiras e garantir que o diálogo seja compreendido. Este detalhe pode parecer pequeno, mas reflete o compromisso com a acessibilidade e inclusão na comunicação. Como afirma Ramon Santos, a informalidade na linguagem aproxima o redutor de danos do público-alvo, facilitando o acesso a questões que, de outra forma, poderiam demorar para serem desveladas:

“Então, é isso, o modo que eu costumo trabalhar é isso, as ferramentas que eu costumo usar é muito a linguagem informal porque eu acho que a gente até consegue falar, alguns assistidos até compreendem a forma técnica, mas eu acho que isso aproxima a gente muito, assim. Eu não estou dizendo que qualquer pessoa tem que usar a linguagem informal até porque fica ruim se você não consegue usar, fica meio uma parada forçada assim, mas para mim funciona muito, assim. Por exemplo, né, a gente vai falar sobre as substâncias é diferente se você chega para uma pessoa e você vai dizer “Ah, você usa o THC”, nem todo mundo vai saber o que é, né, mas a gente está falando da maconha, a gente está falando do barro, a gente está falando da ganja. Então eu vou usando essas expressões que geralmente é o que a galera conhece, a galera da rua, então isso facilita e acaba me aproximando, sabe, muito da galera. Eu acho que é isso, assim, um pouco do diferencial que eu acho que eu tenho na minha característica mesmo de fazer, sabe? Eu uso bastante a linguagem informal e eu acho que isso é uma ferramenta muito potente, assim, me aproxima muito do público que a gente trabalha, que a gente costuma atender. E eu tenho muita facilidade, assim, para me vincular com a galera, sabe? De acessar coisas que a gente demora para poder acessar, e aí eu consigo acessar com mais facilidade, muito pelo modo como eu trato a galera, assim”. (Ramon Santos)

No conjunto, o que se evidencia é que a redução de danos, nos informa sobre a atenção à singularidade de cada indivíduo, o respeito às escolhas dos sujeitos, e o estabelecimento de uma relação horizontal é central para o trabalho dos redutores de danos. Como propõe Tarcísio de Andrade, a redução de danos, em sua essência, aproxima-se da pedagogia de Paulo Freire, ao tratar o usuário como protagonista de sua trajetória e ao construir o conhecimento em conjunto com ele. Esse protagonismo é o que sustenta a autonomia, permitindo que o assistido seja parte ativa de seu processo de cuidado, sem imposições externas e com respeito à sua dignidade e seus direitos.

Portanto, entre o espaço fixo e a rua, o que emerge é uma prática de redução de danos que requer uma presença sensível no território, onde as estratégias de vínculo, afeto

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



e arte-educação se entrelaçam com um compromisso com a dignidade e a autonomia de cada indivíduo. É uma prática que reconhece a importância da adaptação ao contexto e à subjetividade dos sujeitos, e que vê o cuidado como um direito que, por vezes, é negado.

2.4 Redução de Danos e a garantia de direitos: o acesso à cidadania

A concepção de redução de danos que emerge nas narrativas das pessoas entrevistadas para esta pesquisa se alinha ao que está sendo chamado de “terceira onda da redução de danos” (Petuco, 2020, p.100). Nesta fase, a redução de danos amplia seu escopo para englobar temas relacionados aos direitos humanos e ao desenvolvimento social, sendo compreendida também como uma ferramenta para a promoção de direitos e o fortalecimento da cidadania. Essa nova perspectiva desafia abordagens outrora tradicionais, propondo uma prática integrada que vai além do cuidado com a saúde individual e reconhece que muitas pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social são frequentemente privadas de direitos básicos, como o acesso à justiça, à cultura e ao reconhecimento de sua cidadania. Nesse contexto, o programa Corra pro Abraço e os profissionais redutores de danos destacam-se ao desenvolver estratégias que promovem a cidadania e viabilizam o acesso a esses direitos fundamentais.

A experiência dos profissionais evidencia que o acesso à justiça é uma barreira constante para pessoas em situação de rua, que muitas vezes desconhecem até mesmo o andamento de seus próprios processos judiciais. Esse cenário limita o acesso a outros serviços, como saúde e proteção social. Em um contexto marcado pelo estigma e pela criminalização de pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade social, muitas delas enfrentam ou já enfrentaram processos judiciais. “Eu comecei a perceber que muita gente era presa também, muita gente era presa. Às vezes as pessoas sumiam e eu ficava: cadê fulano? ‘Ah, foi preso’. [...] E aí eu comecei a perceber que essa coisa da prisão era algo muito regular na rua, e, óbvio, as consultas de processo” (Jamile Carvalho). Essa constante demanda por informações sobre processos, bem como a regularidade dos aprisionamentos motivaram o Programa Corra Pro Abraço em 2013 a incluir uma assistência jurídica para orientar as pessoas assistidas pelo programa, o que mais tarde levou à criação do papel do Educador/a Jurídico/a, e a atuação de uma equipe multidisciplinar do Programa Corra Pro Abraço na Vara de Audiência de Custódia.

A ideia do Educador Jurídico surge como uma inovação estratégica dentro do campo da redução de danos, ao propor uma abordagem pedagógica e de orientação. Em vez de atuar diretamente na defesa jurídica, o Educador Jurídico é responsável por orientar as pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social sobre seus direitos e processos judiciais em uma linguagem mais acessível. Como relata Luana Malheiro, antropóloga com longa atuação no campo da Redução de Danos, “muita gente que tinha problemas com a justiça e tinha vergonha de dizer, e tinha vergonha de acessar o serviço. Tinha medo de acessar o serviço [...] Então a gente entende que para produzir acesso à saúde, a gente primeiro precisava produzir acesso à justiça” (Luana Malheiro).

A educação jurídica, quando mobilizada neste contexto, amplia o espectro da redução de danos ao facilitar o acesso à justiça para população em situação de rua. A presença de um Educador Jurídico e o acesso ao conhecimento sobre o próprio processo judicial abrem portas importantes, mostrando que o exercício da cidadania começa pela compreensão e reivindicação de direitos básicos, assim como afirma Luana Malheiro:

“A gente pegava aquele sujeito que tava numa situação de extrema vulnerabilidade e não conseguia acessar o serviço, porque tinha medo de ser pego pela polícia, a gente acessava o processo e dizia: não, esse processo aqui é super fácil de resolver é só você ir assinar. “Mas se eu for assinar e for preso? Eu preciso que você vá comigo”. E a gente entendia que isso era produção de vínculo também. Isso era fazer redução de danos também [...] A reflexão de levar a justiça foi uma reflexão aprofundada do papel da redução de danos, entendeu? Então eu vou acompanhar esse sujeito porque o sistema de justiça, ele é cruel com as pessoas negras em situação de rua, então esse sujeito precisa estar com uma advogada do lado, que em qualquer situação de violação de direito possa intervir. [...] Então essa coisa do acesso à justiça abriu muitas portas e, sobretudo, essa porta de que assim, ‘você precisa entender do seu processo, você precisa entender’. E essa é a educação jurídica, ‘o seu processo, você precisa disso e disso pra resolver’”. (Luana Malheiro)

Além do direito à justiça, a redução de danos, especialmente como elaborada no Programa Corra pro Abraço, incorpora um entendimento ampliado do conceito de cidadania, incluindo o direito à cultura. Merry Batista relata como o programa desde a sua idealização buscou promover atividades que possibilitaram a integração da população em situação de rua em contextos culturais. Essas experiências não apenas são capazes de fortalecer o senso de pertencimento social, mas também colaboram para a construção da autoestima e da identidade das pessoas beneficiárias, permitindo uma outra percepção de si mesmas e de

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



seu lugar na sociedade. “E aí começou a ressignificar para ele, para mim, para essas pessoas... e dizer: ‘poxa, eu estive em um teatro, eu estive no cinema, eu durmo na frente do cinema, e nunca entrei, e eu consegui entrar no cinema” (Merry Batista).

Este caráter mais amplo da redução de danos também favorece o combate ao estigma e à invisibilidade social, aspectos que fortalecem as barreiras de exclusão enfrentadas por pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade social, como destaca Merry Batista:

“E agora ele começa a ser cidadão. E ele começa a criar, a ter interesse, tomar banho pra estar na roda com a gente. Ele começa a se arrumar, a se organizar. E a organização já começa a ser uma redução de danos. Porque antes, eles não se entendiam como um corpo pensante, como pessoas importantes, dentro de uma sociedade, [pessoas] contadas, que a invisibilidade fazia parte de uma estratégia escrota pra que eles continuassem a não se identificar para o outro também não identificá-los. Porque eu já sou invisibilizado, né? Já sou invisível. Então, a redução de danos está aí, quando eles começam a compreender quem eram eles na sociedade e o que fizeram deles na sociedade.” (Merry Batista)

As estratégias de redução de danos, nesse sentido, promovem um empoderamento gradual, fortalecendo a consciência política e de direitos. Merry aponta que, ao promover a arte-educação e o acesso a espaços de socialização, o programa constrói caminhos para que os indivíduos se reconheçam como sujeitos de direitos. Assim, a redução de danos transcende o foco exclusivo na saúde e também se apresenta como uma estratégia integrada de garantia de direitos, crucial para a construção de uma cidadania plena. A experiência do Corra pro Abraço ilustra que a redução de danos pode ser compreendida como uma política de cidadania, essencial para estruturar oportunidades de cuidado para as pessoas em contextos de vulnerabilidade social.

2.5 O que a Redução de Danos não é?

A partir das narrativas aqui apresentadas, a redução de danos é um campo que se constrói em pilares fundamentais como a autonomia, o cuidado em liberdade, o acesso a direitos, e o encontro entre o profissional e a pessoa em situação de vulnerabilidade. No entanto, observam-se práticas que se autodenominam "reduzoras de danos" mas que, na realidade, ignoram esses princípios, e acabam promovendo práticas punitivas que violam a



liberdade e a dignidade das pessoas. Essas abordagens desvirtuam das concepções de Redução de Danos que emergiram neste capítulo, e frequentemente se configuram em práticas que promovem a violação de direitos, ao invés de apoio e acolhimento.

Primeiramente, a Redução de Danos como enquadrada neste capítulo não se alinha a intervenções que reforçam a proibição e a criminalização das pessoas que usam drogas. Para Luana Malheiro é fundamental que a Redução de Danos questione a violência perpetrada pelo Estado e a criminalização do uso de drogas, entendendo que o maior dano não é o uso em si, mas o sistema proibicionista que marginaliza e estigmatiza pessoas, dificultando o acesso a direitos e aos serviços básicos. Em suas palavras:

“Mas lógico que a gente não faz redução de danos se a gente não trabalhar com três pilares: o empoderamento político das pessoas que usam drogas, por isso o curso de formação política, ele é fundamental; o trabalho com a ideia de que a lei de drogas produz danos -e que a redução de danos na perspectiva da América Latina, a gente está trabalhando com o dano que é principal, que é a violência de Estado - então a gente questionar a lei de drogas é uma perspectiva da redução de danos, esse é o dano principal, então a necessidade da chamada para uma tomada de consciência com relação a esse sistema de proibição; e o acesso a direitos sociais. A gente tem uma política proibicionista que foi criada a partir da ideia de que o sujeito usuário de drogas vai acessar só a política criminal, então o acesso a direitos e não só o direito à saúde”. (Luana Malheiro).

Outro ponto é a abstinência compulsória que ignora os direitos humanos e o lugar que a substância psicoativa ocupa na subjetividade das pessoas, tratando o usuário como um problema a ser corrigido, ao invés de uma pessoa com direitos e uma história própria. “Entender que internar uma pessoa involuntariamente e colocá-la numa situação de abstinência, que é mortal, é Redução de Danos. Isso não é Redução de Danos, isso é promoção da morte, isso é promoção da morte” (Antônio Nery Filho).

Ademais, outro fator que diferencia a redução de danos das práticas punitivas e proibicionistas é o conceito de cuidado em liberdade. A proposta de trancar ou isolar alguém, retirando de seu ambiente e colocando em comunidades terapêuticas ou em internações compulsórias, contradiz o princípio de liberdade que a Redução de Danos preza. Cuidar em liberdade significa acompanhar e oferecer suporte sem violar o direito da pessoa de circular, de escolher e de estar em contato com suas redes e territórios. A internação involuntária ou práticas que impõem a abstinência se afastam dos princípios que norteiam



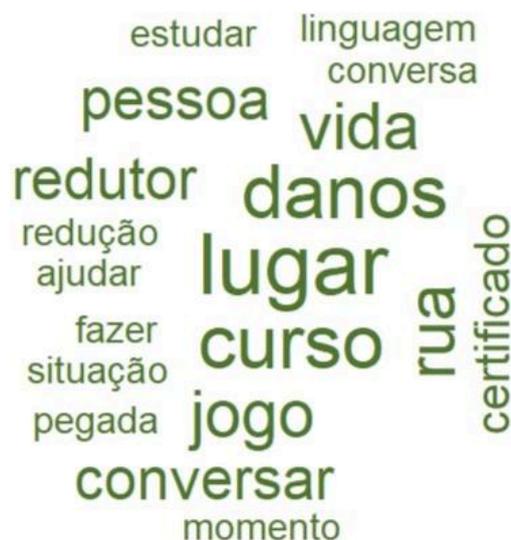
as práticas de redução de danos, pois não respeitam a autonomia da pessoa e, por isso, muitas vezes levam a situações de risco.

Desta maneira, a autonomia é um pilar essencial da redução de danos, mas de acordo com Antônio Nery Filho é uma autonomia que deve ser reconhecida e sustentada por um vínculo de respeito mútuo entre o redutor de danos e a pessoa atendida. A autonomia não é uma permissão para "fazer o que quiser", mas um reconhecimento do direito do outro de decidir sobre si, a partir de um vínculo recíproco onde ambos, profissional e pessoa atendida, respeitam as escolhas e as realidades de cada um. Quando os profissionais tentam doutrinar ou julgar o comportamento das pessoas, impõem julgamentos morais que não devem fazer parte da prática de Redução de Danos.

Portanto, a Redução de Danos não é uma prática punitiva, que promove o isolamento, a internação compulsória ou que submete as pessoas a condições de sofrimento e abstinência forçada. A Redução de Danos é, sobretudo, um convite ao reconhecimento do outro, à promoção da autonomia e ao cuidado em liberdade. Ela se constrói sobre o entendimento de que o enfrentamento do sistema proibicionista e o acesso a direitos são centrais, e que sem esses pilares a prática de redução de danos perde seu sentido.



3. “Tem que ter essa pegada, pegada da favela, pegada da rua”: sobre ser um profissional redutor de danos



Para o desenvolvimento deste relatório, entrevistamos 21 pessoas que atuam ou já atuaram em Programas de Redução de Danos na cidade de Salvador. Dentre os entrevistados, alguns são - ou foram - professores universitários responsáveis por pensar os projetos de redução de danos em Salvador em suas primeiras iniciativas, coordenadores de projetos e profissionais que passaram por esses programas e ajudaram a pensar seus processos de atuação e formação. Dentre os entrevistados também estão representantes da primeira leva de redutores de danos formadas pelo curso de RD do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas - Cetad - e, ainda, redutores de danos formados pelo curso de Redução de Danos e Referência de Campo do Programa Corra pro Abraço.

Neste capítulo, especificamente, priorizamos trabalhar com a percepção dos redutores de danos envolvidos na pesquisa, sejam eles já atuantes na rede, ou não.

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



Entendemos a necessidade de priorizar a percepção desses profissionais, principalmente, por respeitarmos toda uma trajetória de vida dedicada à construção e defesa da redução de danos enquanto uma perspectiva amplificada, entendida enquanto uma ética do cuidado, uma estratégia clínico-política e diretriz de trabalho junto às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas (Brasil, 2003).

Traçamos um perfil baseado em faixa etária e raça para os redutores entrevistados que, quando perguntados, responderam, em sua totalidade, que se declaravam negros ou negras. Quanto à faixa etária, 3 estão na faixa etária 60 anos ou mais; 3 na faixa etária de 40 a 59 anos; 2 de 30 a 39 e, por fim, 3 entre 25 a 29. Podemos dizer que o perfil dos redutores e redutoras de danos entrevistados para esta pesquisa não muito se afastam dos perfis das pessoas assistidas identificados anteriormente em nossos relatórios. Nesse sentido, podemos dizer que, assim como o público das ações de redução de danos, os redutores e redutoras de danos também são majoritariamente negros. Essa não é, no entanto, uma simples afirmação. Acreditamos que alguns pontos subsequentes se explicam a partir deste fato, mas retomaremos isso à frente.

3.1 O que precisa é ter escuta: o que pensam os profissionais sobre o cargo de redutor de danos

Se chegamos nesse capítulo, então já tivemos a oportunidade de compreender um pouco mais sobre a trajetória da redução de danos, a partir da trajetória daquelas que ajudaram a construir, e acreditamos ter conseguido compreender um pouco sobre o que esses profissionais entendem enquanto redução de danos, quais são suas práticas e estratégias. Esse caminhar pelo texto, imaginamos, permite que a essa altura compreendamos a importância do trabalho do profissional redutor de danos. Por isso, ao entrevistarmos essas redutoras e redutores, fizemos algumas perguntas que visavam apreender a percepção destes sobre seu próprio fazer e sobre as características e habilidades necessárias. Se o trabalho dos redutores de danos é um trabalho complexo e dotado de muitas especificidades, nada mais justo que sejam eles, ao menos neste relatório, a refletir e apontar caminhos.

Entretanto, não queremos saber dos redutores suas percepções sobre as habilidades necessárias para desenvolver bem esta tarefa única e exclusivamente para fins desta



pesquisa, o fizemos também enquanto uma escolha política. Em meio a um cenário novamente favorável à discussão da regulamentação da profissão de redutor de danos, entendemos como crucial demarcar de maneira bastante exata o que estamos - e o que devemos chamar de profissional redutor de danos. Isto porque, em tempos onde muitos dizem que a fazem, precisamos ter em mente que se não seguirmos alguns critérios, não estamos falando ou fazendo redução de danos. Estamos fazendo outra coisa, não ela, e este profissional é outro, não um redutor.

A especificidade do trabalho deste profissional se dá, principalmente, pela forma com que as práticas desses atores buscam valorizar o saber do público alvo com quem trabalham. Os redutores de danos dividem e entendem como imprescindível a participação do usuário na construção do seu próprio cuidado. Além disso, muitos desses redutores foram usuários e ex-usuários de drogas e desses serviços. Entendendo grande parte dessas complexidades, e esperando que outras pudessem aparecer, perguntamos aos redutores de danos entrevistados quais eram as suas percepções e o que um profissional redutor de danos deveria ter para poder bem atuar.

Foram muitas as respostas para a mesma pergunta, inclusive, respostas completamente opostas. Por exemplo, para duas redutoras de danos entrevistadas, a redução de danos deveria estar “para todos”, não importando da onde esse profissional provém: “acho que da onde vem não tem, pode vir da universidade, da rua, do bairro nobre, mas a atuação tem que ser com o cuidado” (Maria Estrela Felipa de Souza da Silva). O ponto chave desse argumento não estava na trajetória de vida do profissional redutor de danos, mas sim em seu olhar para o outro. Para essas duas profissionais, qualquer pessoa pode praticar a redução de danos, desde que ela tenha empatia e saiba cuidar de gente. Para Sirlei Silva Barreto, redutora de danos do CAPs-AD Gregório de Mattos:

“Eu acho que a redução de danos é para todos. Porque a gente cuida de pessoas, a gente não cuida de objetos. Sabe por quê? Porque eu posso ter amor a esse objeto e ao mesmo tempo eu não posso. Eu posso pegar e dizer: pra mim, você não serve mais, joga fora. E uma pessoa, a vida da pessoa? Entende? Então pra mim é pra todos”. (Sirlei Silva Barreto)

Quase todas as respostas sobre o que é essencial para um redutor de danos convergem em um ponto: o cuidado com o outro. Esse cuidado se expressa de várias maneiras, como na escuta atenta, na abertura, na disponibilidade para entender o que se

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



pede e no acolhimento sem julgamentos. Para os redutores, essa visão fundamenta suas práticas, que são construídas e orientadas junto com o outro, atendendo às suas necessidades e demandas. Com isso, eles colaboram para restabelecer, junto ao usuário, ideais de cidadania e dignidade. Essa compreensão fica bem ilustrada em um trecho da entrevista a seguir:

“Rapaz, ele [reduzidor de danos] deve ser... se abrir mais. É tudo. Se você não se abrir pra conversar, nem você vai ter assistência pra ele. Nem ele vai chegar até você pra conversar. O negócio é você ter que sair e conversar. O que eles estão sentindo? O que eles querem ali? Como a gente pode ajudar ele? O que a gente puder ajudar ele, a gente ajuda. O que a gente não puder ajudar ele, simplesmente é paciência. Encaminha ele pra outro lugar pra ver se consegue. Mas o negócio é ter que conversar. A conversa é tudo. O diálogo com eles é tudo, sabia? Porque a gente vai saber o que eles estão sentindo, o que a gente pode fazer. O que a gente tem pra gente ofertar a eles. Porque se a gente não conversar, a gente não vai sentir a dor deles. E a gente não vai sentir a nossa dor pra também pensar pra eles. Mas pra mim é tudo, é a conversa, é o diálogo, a conversa. E o cuidado, o cuidado”.
(Cristina Maria Souza da Assumpção).

A escuta atenta e cuidadosa é percebida como uma forma de “empatia” ou “um olhar para o outro”. Em uma linha semelhante, surgem outras compreensões, como a necessidade de defender os direitos humanos e de ter uma abordagem humanizada em relação às drogas e aos usuários. Essas características e competências parecem, à primeira vista, essenciais para qualquer profissional, seja da área da saúde, da assistência social ou de outras áreas, no entanto, os redutores enfatizam esses aspectos, pois aprenderam na prática como a população que atendem é tratada. A população em situação de rua ou em extrema vulnerabilidade social, que faz uso ou abuso de substâncias, muitas vezes é invisibilizada e tem sua cidadania negada.

Essa experiência prática com a negação de direitos se deu para nossos entrevistados, em todos os casos, por duas vias: primeiro, pela própria trajetória de vida e, depois, pela atuação em redução de danos. E é, principalmente, por essa primeira via que outra característica aparece nos discursos dos redutores de danos como algo central para exercer a profissão: ter uma trajetória de rua ou de moradia em comunidade periférica. Como dito na introdução deste capítulo, a totalidade dos redutores de danos entrevistados são homens ou mulheres negros e negras que trouxeram em suas falas trajetórias de rua ou de moradia



em comunidade periférica, trazendo junto a essa informação uma ideia de compartilhar vivências em comum com o público atendido, sejam elas de violência, de uso de substância ou de outros saberes compartilhados.

São essas vivências comuns, que apesar de serem muitas vezes marcadas por dor e violação de direitos, que são um diferencial para aproximar o redutor de danos de seu público. A ideia de que existe um repertório próprio daquele que morou em uma comunidade periférica ou que esteve em situação de rua é o que sustenta essa lógica de uma entrada em campo favorecida do profissional redutor de danos. É por meio dessa facilidade de acesso que o redutor de danos pode estabelecer vínculos mais rápido que outros profissionais, bem como articular mais facilmente a rede de saúde, assistência social ou até mesmo de moradores.

Esse foi um diferencial observado por Marco Manso Cerqueira Silva, redutor de danos da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti, antes mesmo de passar a atuar como redutor. Segundo Marco, foi essa vivência em comunidade periférica que lhe permitiu, mesmo que distante, saber ler e identificar áreas de atuação e possíveis articuladores. Além disso, ele também chama a atenção para outras características que essa vivência compartilhada possibilita ao profissional redutor de danos: a facilidade na comunicação. Em suas palavras:

“Eu sou, nasci, me criei e moro no Nordeste de Amaralina. É uma área caracterizada pela violência, pela ausência do Estado e pelo tráfico de drogas, que é quem... Então é coisa do dia a dia, é a vivência do dia a dia, é a questão da linguagem adequada, a questão do que está rolando em termos de usos, de usuários, de certos comportamentos, e é basicamente isso, eu acho que foi isso que me ajudou, o fato de ser preto, de ser rastafari, de falar a língua da galera” (Marco Manso Cerqueira da Silva)

É o que Benimário Santo Silva, atualmente redutor de danos do CAPS-AD Gregório de Mattos, define como “pegada da favela, pegada da rua”. Nas palavras dele:

“porque não adianta eu chegar lá como o redutor e falar uma linguagem técnica. Você está violentando uma pessoa que vive em uma situação de rua, que não tem um grau de escolaridade legal que entenda a linguagem técnica. A gente tem que falar a língua da galera. Eu acho que o redutor de danos tem que ter essa pegada, pegada da favela, pegada da rua. Para ser redutor de danos tem que ter todo esse joguinho de cintura. Eu acho que para ser redutor de danos tem que ter todo esse manejo”. (Benimário Santo Silva).



Alguns redutores entrevistados ressaltam a importância de que esses profissionais tenham afinidade com a temática do uso de substâncias psicoativas. Para alguns deles, ser usuário ou ex-usuário é um aspecto relevante, pois facilita o diálogo com aquele que deve ser atendido. Os discursos mostram ainda que, ao conhecer os efeitos do uso e abuso dessa substância, a comunicação com o usuário se torna mais acessível, já que ambos falam do mesmo lugar e compartilham algumas experiências. De acordo com os participantes desta pesquisa, essa troca permite uma conexão e um acesso mais rápido aos usuários e aos territórios.

Se não encontramos unanimidade em todos os pontos citados pelos interlocutores, podemos dizer que maiores foram as aproximações do que discordâncias entre eles. É quase consensual a necessidade de se ter um bom ouvido, estar disponível e acolher o outro. O redutor de danos não é aquele que está ali para impor a sua vontade, seus valores ou ideais de vida, mas sim a pessoa que procura construir caminhos a partir da escuta e da demanda do outro. Essa característica, que talvez seja a mais citada, se dá principalmente pelo fato de que o público alvo do redutor de danos é também o público que não tem acesso a serviços de saúde e assistência social e vive fortemente sob a ameaça de violência e o estigma de usuário.

3.2 A formação tem que ser permanente: os cursos de redução de danos em Salvador e a perspectiva da profissionalização

Os redutores de danos entrevistados nesta pesquisa, compartilham mais uma experiência em comum - para além das já citadas anteriormente -, um curso de redução de danos. Estes profissionais apontam esse encontro com o curso e com a redução de danos como o momento em que suas vidas e práticas passam a ser ressignificadas, seja por meio do reconhecimento, validação ou profissionalização.

Ao analisarmos essas entrevistas, identificamos que os discursos em torno dos cursos de Redução de Danos do Cetad/Ufba e do Programa Corra Pro Abraço giravam em torno de dois argumentos centrais: os da expectativas para o futuro e os da necessidade de sobrevivência. Quanto àqueles argumentos que diziam respeito às necessidades de sobrevivência, estava a preocupação com a própria saúde física e a organização financeira, enquanto que os argumentos em torno das expectativas para o futuro, baseiam-se na



capacitação profissional e no desejo de conseguir um emprego formal.

Apesar da distância temporal entre a entrada desses dois grupos de redutores em seus respectivos cursos, um argumento está presente no discurso de todos: o desconhecimento das práticas e estratégias de redução de danos antes do ingresso. Muitos deles argumentam, inclusive, que foi este espaço de formação fundamental para reconhecer e validar o que já haviam fazendo em suas práticas de cuidado e sobrevivência cotidianas. Os discursos apontam até mesmo uma certa desconfiança em aceitar o primeiro convite, seja por não entender a proposta ou por acreditar que o critério de sua seleção pairava unicamente em torno do estigma de usuário.

Apesar da redução de danos já contar com uma trajetória que se estende a mais de 30 anos no Brasil, diferentes pesquisas realizadas, em diferentes momentos, demonstram esse mesmo desconhecimento acerca das práticas e estratégias de redução de danos (Rigoni, 2006; Raupp; Weber; Conte, 2021). Tem-se nos depoimentos destas outras pesquisas o mesmo sentimento encontrado em nossos dados, o de que apesar do desconhecimento, já se fazia a redução de danos na prática, no cuidado consigo e com o outro (Abreu; Aratani; Silva; Mendes; Barbosa; Silveira, 2024). Se, por um lado, isso nos parece ter relação apenas com o baixo alcance da RD, por outro, nos parece mais proveitoso pensar em termos da própria lógica de formação e da construção da redução de danos, uma prática orientada a partir do saber dos usuários, da relação com os movimentos sociais e da subjetividade de cada sujeito.

Além desse processo inicial de desconfiança, desconhecimento e reconhecimento de práticas que se dá a partir do acesso às informações e aulas, outras impressões afloram das falas de nossos e nossas interlocutores, como, por exemplo, a importância do recurso financeiro em forma de bolsa de participação para que pudessem organizar as demais esferas da vida. São muitos os relatos como o que vem a seguir, “[a bolsa] deu força pra sair da rua. Porque aí eu juntava com esses 250, corria atrás, fui parar no albergue grávida de minha filha. Eu fui para o albergue e aí consegui os 300 de aluguel, me ajudava muito porque eu não tinha bolsa família” (Michele Conceição Barbosa).

Esse processo de organização financeira perpassa também por uma organização da vida. Os redutores e redutoras de danos entrevistados declararam ter tido, a partir da



experiência do curso de redução de danos, oportunidade para vivenciar outros espaços e outras rotinas que os afastavam, muitas vezes, do próprio uso da substância. A partir desse argumento, conseguimos apreender uma outra dimensão da percepção desses atores, que assumem o curso como para além de um espaço de organização da vida, mas como um espaço de autocuidado e sobrevivência. Nesse sentido, é no curso também que os redutores aprendem novas estratégias e práticas para o seu próprio cuidado.

Nem todos os participantes do curso de redução de danos buscam a profissionalização; muitos procuram o autocuidado e o cuidado com seus pares, seja em casa ou em seus territórios. E isso é perfeitamente válido. O curso, na verdade, promove essa ideia de que os redutores de danos atuem como multiplicadores desse conhecimento e cuidado. Por outro lado, há também aqueles que veem no curso uma oportunidade de profissionalização, dedicando-se a obter o certificado para atuar no mercado de trabalho. Assim, podemos dizer que o curso tem múltiplos significados e valores: ele pode ser um fator de organização da vida social e financeira, uma motivação para organizar o uso, um meio de acesso a novos espaços e oportunidades, ou até mesmo uma capacitação política e empoderadora.

Mas, essa dimensão do curso enquanto um espaço profissionalizante ganhou destaque, principalmente, na fala de redutores de danos que pensaram e pensam atualmente os módulos e conteúdos programáticos do curso de Redução de Danos do Corra pro Abraço. Segundo Edicarla Macedo, hoje coordenadora do Núcleo de Inclusão Social do Programa, a percepção acerca da crescente especialização e importância do curso para a formação desses profissionais começou a ser mais fortemente percebida a partir do momento que o curso de Redução de Danos passou a ser utilizado enquanto um critério para a seleção de profissionais de outros serviços.

“E tem esse outro entendimento de que sim é um curso profissionalizante, a partir do momento que a gente tem esse curso como um critério de seleção, por exemplo, como a gente teve no edital dos Girassóis, lá que o Curso de Redução de Danos do Corra. Como a gente tem agora no nosso próprio edital a contratação dos monitores, é para quem fez, o critério é de quem fez, quem concluiu o curso. Tanto assim que a gente tem um certificado de conclusão e um certificado de participação. Então aquela pessoa que ela não alcançou os 75%, ela não vai ser colocada para fora da turma, ela não vai ser impedida de participar, ela não vai deixar de receber um certificado. Ela tem um certificado de participação, ela participou 50%,”

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



40%, 30%? Tudo vai depender do percurso dela, do caminho, do momento da vida, da vida que ela tem, então a gente tem esses dois entendimentos sobre o curso. E a gente prepara o curso com esses dois entendimentos sobre o curso". (Edicarla Macedo)

3.3 Entre autocuidado, profissionalização e ascensão social: como a redução de danos transforma trajetórias

O relatório tem nos conduzido até aqui para pensar a respeito de quem são esses profissionais, seu perfil, suas práticas e estratégias, como eles pensam que os demais redutores de danos deveriam ser e qual a importância de uma capacitação e um curso em Redução de Danos podem ter em sua vida. E agora, parece que nos falta perguntar algo: quais os impactos da redução de danos na vida dessas pessoas que estão constantemente preocupadas em acolher e cuidar do outro? Foi por esse motivo que acrescentamos essa pergunta em nossa pesquisa, estávamos interessadas em conhecer a trajetória desses redutores antes e depois do contato com a redução de danos.

Eram comuns nas entrevistas que os redutores de danos dissessem o quanto a redução de danos os ensinou a lidar melhor com o seu uso de substâncias psicoativas, muitos deles relatam que à medida que se passaram a se envolver cada vez mais em atividades, palestras, cursos, viagens e trabalhos, a droga deixou de ter um espaço em sua vida. Apesar da abstinência não figurar em nenhum momento como um norte da redução de danos, pois os programas de redução de danos são programas de baixa exigência, e que trabalham com a perspectiva de que algumas pessoas fazem e continuarão fazendo uso de drogas (Marlatt, 1999) - a não ser que seja desejo do usuário - ela apareceu como um resultado do crescente envolvimento em diversas atividades.

Quando questionada sobre o principal impacto da redução de danos em sua vida, Sirlei Silva Barreto respondeu da seguinte maneira:

"Ela me protegeu muito. E eu fui indo, indo assim, poxa, aí daqui a pouco já [...] tinham os horários pra eu ir trabalhar, eu ficava o dia todo, e eu disse: 'óxe, como é que eu trabalhei a noite toda trocando seringa e agora eu vou ter que ir dez horas da manhã lá pra o Canela?'. 'Aí a reunião vai ser em tal lugar'... então, pra sair daquele lugar, pra tirar daquele cenário, daquele contexto, as estratégias... são estratégias... eles diziam assim: 'a reunião vai ser em tal lugar', 'hoje vamos a tal lugar'. Então, eu fui saindo desse

"Uma política para pessoas"

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



lugar de contexto de vulnerabilidade, de olhares judiciais, né? De tudo, né? De ser vista de mulher de vagabundo, essas coisas todas. E aí teve um momento na minha vida que eu disse: ‘oxe, como foi que eu parei de usar a droga?’, ‘ô, Tarcísio [Tarcísio Matos de Andrade]... aí esse dia foi muito, né? Ele deu risada. Ele disse: ‘Sirlei, a droga não tem mais lugar na sua vida. Você pode usar. Mas você agora é outra mulher, é outra pessoa’”. (Sirlei Barreto)

É justamente por meio dessa inserção dos usuários em muitas tarefas que a redução de danos assume, para Erwig (2004), um papel de provocador ou “facilitador do processo de exercício da cidadania”, integrando este usuário novamente à sociedade. Poderíamos concluir a partir da narrativa de Sirlei que a redução de danos teve um papel emancipador em sua trajetória, retirando-a de um contexto de extrema vulnerabilidade e a reinserindo em outra conjuntura social.

Os impactos da redução de danos também se manifestaram de diversas maneiras: através de um olhar atento e cuidadoso para o outro, do acesso a novos espaços sociais, da profissionalização e obtenção de emprego formal e, especialmente, por meio da ascensão social. Apesar dos diferentes caminhos percorridos pelos redutores entrevistados, o que mais se destacou como ponto comum entre eles foi a oportunidade de serem socialmente reconhecidos e valorizados. Muitos desses redutores também vivenciaram contextos de uso de substâncias psicoativas ou cresceram em comunidades periféricas e situações de rua, enfrentando o estigma de usuários, a violência e o racismo. Para essas pessoas, as opções de sustento estavam restritas a trabalhos mal remunerados, informais ou ao envolvimento com o mercado de vendas de drogas. A redução de danos, então, surgiu como uma nova possibilidade de vida.

Para muitos, a redução de danos significou a possibilidade de passar a ter uma moradia. É do emprego e do salário de redutora de danos que Aylla Correia dos Santos conseguiu sair das marquises do Aquidabã para alugar a sua casa. Do emprego como monitor e da bolsa recebida que Enzo Gabriel da Paixão Cerqueira também conseguiu construir sua casa própria. Foi a redução de danos que permitiu a Sirlei Barreto adentrar as portas do presídio sem que estivesse presa, e que fosse recebida como igual pelo diretor daquela instituição. A redução de danos reconfigura a vida dessas pessoas para muito além das necessidades materiais: ela também devolve a autoestima, a dignidade e recupera a sensação de pertencimento e cidadania.



Além disso, a redução de danos também abre as portas para a academia. Muitos foram os redutores de danos que continuaram a estudar após o curso de redutor de danos. Pelas entrevistas analisadas, são profissionais que estão em constante busca de atualização e conhecimento. Desenvolvem hábitos e práticas de professores, acostumam-se a dar cursos e palestras e passam a ser convidados para espaços que antes não sonhavam pisar, como, por exemplo, as universidades públicas. Para um desses redutores, foi o encontro com a redução de danos que permitiu que ingressasse como estudante na universidade que começou a trabalhar como motorista.

“Primeiro eu acho que a redução de danos tem um papel importante na minha vida porque ela exigiu que tivesse que estudar. Eu acho que esse foi o grande ganho de eu tá nesse trabalho. Porque chegou um ponto que eu precisava estudar. [...] E aí, quando eu resolvo estudar, eu acho que foi muito massa. Porque você começa a entender uma série de coisas. Mas num outro lugar. Porque você preto, rasta, se não tiver páginas lidas você não é respeitado”. (Marco Manso Cerqueira da Silva)

As palavras dos redutores de danos entrevistados nesta pesquisa se encontram com as palavras de uma das primeiras redutoras de danos do Rio Grande do Sul, outrora entrevistada - Fátima Berenice de Azevedo Machado -, e chegam a um mesmo lugar: o lugar da redução de danos enquanto uma ferramenta de transformação (Raupp; Weber; Conte, 2021). Para Fátima, transformação. Para os redutores de danos baianos aqui entrevistados, recomeço.

3.4 “O lado de cá, o lado de lá” e as especificidades do trabalho em campo do redutor de danos

Após esse contato com um curso de redução de danos e a posterior profissionalização, esses redutores, muitas vezes, trouxeram em seu discurso um sentimento de estranhamento em ocupar agora o lugar de quem cuida. Muitos experimentaram anteriormente a condição de ser ele mesmo usuário do serviço ao qual agora fazia parte como profissional e isso, em alguns momentos, gerava uma cobrança de “tornar-se exemplo”. Essa percepção aparece quando uma das redutoras menciona o que significa ser uma redutora de danos para ela. “É ser um redutor de danos. Tem que reduzir seus danos pra dar exemplo àqueles que estão ali pra chegar. Não errar. É à risca. É difícil. Não errar. Se você errar, você perde tudo. Você tem que ir à risca” (Rosemeire Brito Correia).

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



Esse sentimento esteve mais presente nas entrevistas dos redutores de danos que estiveram em processo recente de formação. Talvez pela segurança e propriedade na atuação que só mesmo o tempo pode dar a cada um. O que não é coincidência, no entanto, é que apesar desse primeiro estranhamento com o lado de lá e o lado de cá, diferentes estratégias de adaptação apareceram nas falas desses profissionais. Essa mudança no olhar de quem é cuidado para quem cuida parece se desenvolver de maneiras e em momentos diferentes para cada um, mas os depoimentos mostram que, inevitavelmente, aparecem.

Outro ponto importante a ser levantado é quando o “tornar-se exemplo” torna-se “virar um espelho”. Ou seja, quando para além das cobranças em torno das atitudes e decisões tomadas pela pessoa, esta vira um caminho a seguir, alguém para se espelhar. A cobrança não é mais uma cobrança negativa e preocupada com o julgamento do outro, mas uma cobrança pessoal de retribuição e companheirismo. É um querer “tornar-se espelho” por desejar que outros acessem os mesmos lugares e espaços que você passou a acessar. É cuidado e identificação.

“Porque é uma coisa que eu gosto, eu moro dentro de casa, mas eu vivo na rua, praticamente eu só vou para a minha casa para dormir e eu gosto de cuidar dessas pessoas de situação de rua, eu me sinto bem, porque se foi dali que eu vim, não é porque eu vim dali que hoje eu tenho uma casa, que eu consegui comprar a minha casa, eu vou dar as costas para aqueles meus colegas que estão em situação de rua, porque eu sou um espelho para eles, todas as vezes que eles me veem, se eu consegui, eles também podem”.
(Enzo Gabriel da Paixão Cerqueira)

Mas, se existem trechos que apontam para que o começo enquanto redutor de danos foi difícil e conflituoso, principalmente quando atuando nos locais em que costumavam frequentar enquanto ainda usuários do serviço, há uma série de tantos outros que indicam que foi também da própria vivência da rua que esses redutores encontraram as soluções, seja na oferta de insumos, no diálogo aberto ou em acordos firmados coletivamente. Segundo uma das redutoras de danos, uma de suas estratégias se baseia em “fazer o jogo deles”, que ela define como:

“[...] tá vendo, dando um lanche e um menorzinho todo mundo limpa o banheiro. As meninas se acaba, Aylla, você é demais. Eu falo, mas tem que ser assim mesmo, gente. Como eu falo, Eliete, como eu falo com o Júlio, tem que ser assim, se não, minha filha. A gente tem que jogar o jogo dele, se a gente não fazer o jogo dele, a gente não vai conquistar. Então, eu vou pelo jogo deles. Eu sempre digo para o coordenador, ó, Chico, eu tô aqui

“Uma política para pessoas”

Redução de danos em perspectiva, Salvador/Ba



porque eu aprendi muita coisa na rua, sei, já vi muita coisa. Então, a gente tem que aprender, como eu já aprendi, e estou aprendendo cada dia mais. Então, tem que fazer o jogo dele, e eu estou fazendo o jogo dele.” (Aylla Correia dos Santos)

Podemos dizer que é neste ponto que a vivência e trajetória de rua se torna ganho para os programas que contam com esses profissionais e um diferencial para aqueles que a possuem. Isto porque na própria fala da entrevistada, ela indica que tem feito um convencimento da equipe para que se aproprie também dessa estratégia. É aqui que a sagacidade de um redutor de danos entra em cena, quando este consegue perceber as especificidades do público atendido, do campo e da própria equipe com a qual está trabalhando, permitindo que o trabalho de fato aconteça e que as necessidades de todos sejam atendidas e comunicadas. A redutora de danos parece nos informar que este duplo lugar de quem cuida e de quem é cuidado é, na verdade, uma grande vantagem para aqueles que atuam em redução de danos, mesmo que não percebam isso a priori.

Mas, se a percepção carece de amadurecimento, e este, assim como a redução de danos, é única e desenvolve-se no tempo de cada sujeito, algumas narrativas apontam para uma visão positiva de estar ou ter ocupado este duplo lugar em algum momento da trajetória. Algumas indicam que estar no lugar de quem muitas vezes precisa impor o limite, ou “julgar o outro”, é desafiador porque exige que você se reconheça no outro. E se reconhecer e estar o mais próximo possível para o outro é onde reside justamente a beleza e a particularidade do cuidado em redução de danos.

Por fim, podemos afirmar que a experiência desses atores com a redução de danos revela o caráter coletivo dessa prática. Ser redutor de danos envolve um compromisso com o próprio cuidado e o cuidado com o outro, tornando-se um exemplo que inspira o próximo a também ser. Essa dualidade entre ser cuidado e cuidar parece intrínseca ao papel desses trabalhadores, especialmente considerando os critérios exigidos para sua seleção. Entretanto, essa característica não se apresenta como um problema, uma vez que a escolha de profissionais com esse perfil faz parte da essência da redução de danos enquanto uma ferramenta política e emancipatória.



Recomendações - O que os atores apontaram como competências necessárias aos profissionais Redutores de Danos

1. Para ser um profissional redutor de danos é preciso ter uma escuta atenta. É somente estando aberto e disponível para o outro que o redutor de danos pode conhecer e atender as demandas das pessoas assistidas.
2. É preciso estar o mais próximo possível do outro, ter empatia e acolher sem julgamentos. Respeitar os direitos e a dignidade humana.
3. É preciso ser antirracista e antiproibicionista e conhecer a população com a qual vai trabalhar.
4. Para ser um redutor de danos é preciso conhecer sobre o uso de substâncias psicoativas. Ter ou ter tido uma trajetória de uso facilita o diálogo e a construção do vínculo.
5. É importante que o redutor de danos evite linguagens técnicas. É preciso falar a língua das pessoas assistidas, pois só assim ele pode garantir acesso à informação e direitos.
6. O redutor de danos precisa estar em constante formação para dar conta das constantes transformações dos sujeitos, das substâncias e dos territórios.
7. É preciso ter uma “pegada da rua, uma pegada da favela”. Para os redutores de danos, o profissional redutor de danos precisa ter uma trajetória de moradia em comunidades periféricas ou uma trajetória de rua, para facilitar o acesso e a leitura dos diferentes campos.



Considerações finais

A pesquisa, “Uma política para pessoas”: redução de danos em perspectiva, realizada pelo Observatório Baiano de Políticas sobre Drogas, buscou investigar distintas experiências, concepções e práticas de Redução de Danos - RD, com a intenção de contribuir com registros memoriais acerca do surgimento, desenvolvimento e expansão da RD; reunir múltiplas perspectivas coexistentes na sua construção discursiva e prática; e colaborar com a construção de parâmetros em prol da regulamentação do cargo de redutor de danos.

Cabe salientar que esta publicação acontece em um cenário nacional novamente propício às discussões acerca das políticas de cuidado orientadas pela redução de danos e pelo antiproibicionismo, no qual destaca-se a reativação de espaços de organização e mobilização dos profissionais do campo, a exemplo do Fórum de Redução de Danos da Bahia, e a própria interiorização do Programa Corra pro Abraço no Estado. Nesse sentido, ao oferecer uma visão panorâmica sobre o tema, buscamos não só aprofundar a literatura existente como apresentar subsídios contundentes acerca da efetividade da redução de danos na produção de outras possibilidades de existência, seja para o público alvo das ações e/ou para os próprios redutores de danos.

No cenário de disputa em torno das práticas e do próprio conceito de redução de danos, a Bahia desponta como um dos nascedouros e território de resistência, dado o ativismo da universidade e da sociedade civil que tem encontrado, em alguma medida, espaço e acolhimento por parte dos gestores municipais, estaduais e federais. Entretanto, longe de ser linear e hegemônica, a trajetória de disputas conformada por essa experiência reforça a necessidade da construção de legislações de redução de danos municipais e estaduais, garantindo que as ações de redução de danos não sejam apenas uma política de governo e sim uma política de estado, não dependendo assim da vontade política de seus representantes.

Através da reconstrução de uma trajetória da RD situada na escala da cidade de Salvador, acompanhamos os avanços e recuos dessa experiência no país. As narrativas dos interlocutores mobilizados para delinear esse percurso, apontam para as condições de



implementação e sustentação do primeiro Programa de Redução de Danos - PRD do Brasil e da América Latina na Bahia; e para o protagonismo dos redutores de danos na construção das ações e no desenvolvimento da RD em outros estados. Inicialmente focada na prevenção ao HIV/Aids e às Hepatites Virais, a RD vai se expandindo gradualmente, tornando-se um imperativo para a atenção integral às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas. No entanto, essa expansão foi acompanhada por novos desafios frente à descontinuidade das políticas, demandando, dessa forma, a reinvenção dos trabalhadores do campo, tendo em vista responder às questões emergentes, nesse novo contexto.

Ao longo do seu desenvolvimento, a Redução de Danos aflora como uma abordagem complexa e multifacetada, que desafia o modelo proibicionista ao priorizar o cuidado centrado na pessoa, a autonomia e o fortalecimento da cidadania. Diferente de uma visão que patologiza o uso de substâncias, a RD valoriza a história de vida, os desejos e as necessidades de cada sujeito, posicionando-o como protagonista de sua trajetória. A expansão do conceito para uma filosofia de vida reforça que a RD não se limita ao contexto do uso de substâncias, mas se estende ao cotidiano, promovendo práticas de autocuidado e escolhas conscientes em diversas esferas da vida.

Além disso, a atuação nos territórios de uso, com estratégias de vínculo e afeto, reafirma o compromisso com a autonomia e o respeito à liberdade, assim como a compreensão do contexto de cada pessoa, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade social. A RD torna-se, assim, uma ferramenta central para a garantia de direitos, na medida em que facilita o acesso à justiça e à cultura, integrando essas demandas ao exercício da cidadania para sujeitos aos quais ela é negada. Ao diferenciar-se de práticas que reforçam a punição e a exclusão, a RD se posiciona como uma alternativa que valoriza a liberdade e a dignidade do sujeito. Destaca-se, desse modo, a sua relevância como um modelo de cuidado que, ao rejeitar abordagens coercitivas e punitivas, reafirma o compromisso com um horizonte de ampliação dos direitos humanos.

A partir das entrevistas, podemos dizer que existem alguns consensos maiores do que outros em torno do que deveria ou não ser o profissional redutor de danos. Se não é ordem que o redutor de danos deve ser usuário ou deve ter feito uso, é válido afirmar que este deva ser uma pessoa sensível e aberta ao outro. É alguém que deve estar disponível e



deve ter uma escuta atenta e acolhedora. Para os profissionais entrevistados, o redutor de danos deve saber ler um território, deve ter uma trajetória e vivência comum com a população com que trabalha e deve saber falar a língua dessa coletividade. Essas características capacitaram o redutor de danos a atuar da melhor maneira com o público alvo de suas ações.

Através do material construído nesta pesquisa, também podemos chegar a alguns outros consensos como, por exemplo, o fato de que a redução de danos aparece na vida desses atores enquanto uma ferramenta de reinserção social e de resgate da cidadania. A redução de danos devolve a autoestima e promove a ascensão social desses sujeitos a espaços e lugares que estes não pensavam ocupar. Ainda segundo os atores entrevistados, é por meio desse processo de ascensão social que os redutores de danos passam a experimentar situações limítrofes, nas quais vivem desafiados a estarem como profissionais onde já estiveram enquanto assistidos. No entanto, é também por meio do acesso às estratégias e práticas da redução de danos que esses trabalhadores conseguem superar os desafios encontrados em suas próprias trajetórias e auxiliar em outros processos coletivos de construção de novas possibilidades de existência.

Referências

ABREU, L. R. de .; ARATANI, V. F. .; SILVA, N. B. .; MENDES, G. R. G. .; BARBOSA, D. L. R. .; SILVEIRA, R. W. M. da . **Knowledge and practices of drug users, family members and harm reduction agents about Harm Reduction. Research, Society and Development**, [S. l.], v. 13, n. 4. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/45511>. Acesso em: 7 nov. 2024.

ANDRADE, Tarcísio Matos. Reflexões sobre políticas de drogas no Brasil. **Ciências & Saúde Coletiva**, 16, p. 4665-4674, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **A Contribuição dos estudos multicêntricos frente à epidemia de HIV/AIDS entre UDI no Brasil: 10 anos de Pesquisa e Redução de Danos**. Série Avaliação. Brasília: Ministério da Saúde (MS); 2001.

COSTA, Pedro Henrique Antunes. Há espaço para a redução de danos em políticas antidrogas?. **Insurgência - Revista de direitos e movimentos sociais**, n. 17, p. 6-14, Brasília, 2021.

ERWIG, L. R. P. **O Redutor de danos como um agente social**. Uma possibilidade de inclusão? In: NASCIMENTO, Célia; LAZAROTTO, Gislei; HOENISCH, Júlio, et. al (orgs.). **Psicologia e Políticas Públicas: Experiências em Saúde Pública**. Rio Grande do Sul: Conselho Federal de Psicologia, 2004. Disponível em: <https://www.crprs.org.br/conteudo/publicacoes/arquivo15.pdf#page=139>.

ESPINHEIRA, Gey. **Os tempos e os espaços das drogas**. In: TAVARES, Luiz Alberto; ALMEIDA, Alba Riva Brito; NERY FILHO, Antônio (orgs.). **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre o seu consumo**. Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004.

ESPINHEIRA, Gey. **Metodologia e prática do trabalho em comunidade**. Salvador: EDUFBA, 2008. 138 p.

Macrae, Edward. **Confissões de um antropólogo fumador de maconha**. In: Macrae, Edward. **A questão das drogas: pesquisa histórica, políticas públicas, redução de danos e enteógenos**. Salvador: EdUFBA, Cetad/Ufba, 2021, p.15-120.

MARLLAT, G. A. **Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.



MESQUITA, Fábio. Redução de Danos. **Drogas & 30 anos de Redução de Danos**. Bis, vol. 21, n. 2, 2020.

NARDI, Henrique Caetano; RIGONI, Rafaela de Quadros. Marginalidade ou Cidadania? A rede discursiva que configura o trabalho dos redutores de danos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n.2, p-273-282, 2005.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicologia e Sociedade**, vol. 23, n. 1, p. 154-162, 2011.

PETUCO, Dênis. As Três Ondas da Redução de Danos no Brasil. **Boletim do Instituto de Saúde BIS**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 94-103, 2020.

PRESTES, Túlio Kércio Arruda. **A história do Homo Psicoativos**: Uma análise arqueológica da redução de danos. 2017. Dissertação (Psicologia) Universidade Do Ceará, Fortaleza, 2017.

RAUPP, Luciane; WEBER, Carla Nunes; CONTE, Marta. Memória das políticas e práticas em redução de danos: entrevista com Fátima Machado. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos - Rio de Janeiro, v.28, n.3, jul.-set, p.839-847, 2021.

